

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruna Viecieli Perin

**O COMÉRCIO COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA
ANÁLISE DA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA ANTE A
ASCENSÃO CHINESA NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

Santa Maria, RS
2023

Bruna Viecieli Perin

**O COMÉRCIO COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA
RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA ANTE A ASCENSÃO CHINESA NO
ÂMBITO DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS) como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Adriano José Pereira

Santa Maria, RS
2023

Bruna Viecieli Perin

**O COMÉRCIO COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA
RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA ANTE A ASCENSÃO CHINESA NO
ÂMBITO DO MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS) como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 14 de julho de 2023:

Adriano José Pereira, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

O COMÉRCIO COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA ANTE A ASCENSÃO CHINESA NO ÂMBITO DO MERCOSUL

AUTORA: Bruna Viecieli Perin
ORIENTADOR: Prof. Dr. Adriano José Pereira

O passado do relacionamento de Brasil e Argentina foi marcado por momentos conturbados, no entanto, na contemporaneidade os dois países em questão possuem um relacionamento importante, como parceiros políticos e comerciais. A partir desse relacionamento, nasce o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991. No contexto de evolução do bloco um novo *player* ascende no sistema econômico internacional - a China, que se torna importante sócio comercial dos países sul-americanos, e passa a influenciar o processo de integração econômica regional mencionado anteriormente, causando diversos desafios. Tendo isso em vista, o presente trabalho parte da seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a ascensão da China, como parceira comercial do Brasil e da Argentina, tem impactado na relação comercial bilateral entre os dois países da América do Sul no contexto do Mercosul? Para respondê-la foi utilizado método de caráter descritivo, com viés analítico, buscando obter conclusões diante dos fenômenos observados e descritos, e expor as características do problema por meio de dados qualitativos e quantitativos - extraídos das bases de dados do Ministério da Economia do Brasil, do Instituto Nacional de Estadística y Censos da República Argentina, do Sistema de Estadísticas de Comércio Exterior do Mercosul, do UN Comtrade, do Banco Mundial, Atlas da complexidade e do UNCTAD. É utilizado o procedimento de estudo de caso e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Como objetivos específicos têm-se: i) reunir teorias de integração regional e fazer um histórico do processo de integração do Mercosul, com ênfase na participação do Brasil e da Argentina; ii) compreender a evolução do comércio entre Brasil e Argentina, e destes com a China a partir da criação do Mercosul; e iii) analisar os períodos caracterizados por apresentarem alinhamentos a diferentes propostas de regionalismo, e qual o impacto do comércio entre Brasil-Argentina e destes com a China nesse sentido. Constatou-se que relação trouxe benefícios bilaterais para cada um dos países - no curto prazo - como o aumento de divisas e a alta no preço das commodities, porém, ela é capaz de causar graves e diversas consequências ao longo prazo - como a reprimarização das economias, a dependência do consumo asiático, a perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros, entre outros aspectos que representam limitações ao processo de integração do bloco.

Palavras-chave: Mercosul. Brasil. Argentina. China. Integração Regional.

ABSTRACT

TRADE AS A VECTOR FOR REGIONAL INTEGRATION: AN ANALYSIS OF THE BRAZIL-ARGENTINA BILATERAL RELATIONSHIP CONSIDERING THE RISE OF CHINA IN THE SCOPE OF MERCOSUR

AUTHOR: Bruna Viecieli Perin
ADVISOR: Prof. Dr. Adriano José Pereira

Troubled times marked the past relationship between Brazil and Argentina, however, nowadays both countries have an important relationship as political and commercial partners. From this relationship, the Southern Common Market (Mercosur) was born in 1991. In the context of the bloc's evolution, a new player has emerged in the international economic system - China, which has become an important trading partner of the South American countries, and begins to influence the process of regional economic integration mentioned above, causing several challenges. With this in mind, this paper starts from the following research question: to what extent has the rise of China as a trading partner of Brazil and Argentina impacted the bilateral trade relationship between the two South American countries in the context of Mercosur? To answer this question, we used a descriptive method with analytical bias, seeking to obtain conclusions from the observed and described phenomena, and expose the characteristics of the problem through qualitative and quantitative data extracted from the databases of the Ministry of Economy of Brazil, the Instituto Nacional de Estadística y Censos of Argentina, the Foreign Trade Statistics System of Mercosur, UN Comtrade, the World Bank, Atlas of Complexity, and UNCTAD. The case study procedure and bibliographic and document research techniques are used. The specific objectives are: i) to gather regional integration theories and make a history of the Mercosur integration process, with emphasis on the participation of Brazil and Argentina; ii) to understand the evolution of trade between Brazil and Argentina, and between Brazil and Argentina and China, since the creation of Mercosur; and iii) to analyze the periods characterized by their alignment with different proposals of regionalism, and the impact of trade between Brazil and Argentina, and between Brazil and Argentina and China. It was found that the relationship brought bilateral benefits for each of the countries in the short term, such as the increase in foreign exchange and the rise in commodity prices. However, it is capable of causing serious and diverse consequences in the long term, such as the reprimarization of the economies, dependence on Asian consumption, and the loss of competitiveness of Brazilian manufactured products, among other aspects that represent limitations to the bloc's integration process.

Keywords: Mercosur. Brazil. Argentina. China. Regional Integration.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - Exportações do Mercosul Intrabloco e com o resto do mundo (1995 a 2021, em porcentagem de participação)..... | 40 |
| FIGURA 2 - Importações do Mercosul Intra Bloco e com o resto do mundo (1995 a 2021, em porcentagem de participação)..... | 40 |
| FIGURA 3 - Evolução das Exportações de bens e serviços (US\$ corrente) - China, Mundo.. | 42 |
| FIGURA 4 - Evolução do PIB (US\$ corrente) - China, Mundo..... | 42 |
| FIGURA 5 - Exportações e Importações de bens Mercosul-China (participações percentuais, anos selecionados 2001, 2005, 2010, 2015, e 2022)..... | 46 |
| FIGURA 6 - Importações e Exportações Brasil-China de 1997 a 2022..... | 47 |
| FIGURA 7 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 1995, porcentagem de participação)..... | 49 |
| FIGURA 8 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 2010, porcentagem de participação)..... | 49 |
| FIGURA 9 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 2020, porcentagem de participação)..... | 49 |
| FIGURA 10 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 50 |
| FIGURA 11 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 2010, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 51 |
| FIGURA 12 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 2020, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 51 |
| FIGURA 13 - Importações e Exportações Argentina-China de 1997 a 2022..... | 51 |
| FIGURA 14 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 53 |
| FIGURA 15 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 2010, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 53 |
| FIGURA 16 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 2020, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 54 |
| FIGURA 17 - Importações argentinas de origem chinesa (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 54 |

| | |
|---|----|
| FIGURA 18 - Importações argentinas de origem chinesa (ano selecionado 2010, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 55 |
| FIGURA 19 - Importações argentinas de origem chinesa (ano selecionado 2020, porcentagem de participação por capítulo do SH2)..... | 55 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - Índice de Vantagem comparativa Revelada do Brasil em relação à Argentina (anos selecionados)..... | 37 |
| TABELA 2 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica do Brasil em relação à Argentina (anos selecionados)..... | 38 |
| TABELA 3 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2001)..... | 44 |
| TABELA 4 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2010)..... | 45 |
| TABELA 5 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2022)..... | 44 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E BREVE HISTÓRICO DO MERCOSUL | 15 |
| 2.1 | ELEMENTOS (OU ASPECTOS) TEÓRICOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL | 15 |
| 2.2 | EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA | 17 |
| 2.2.1 | Cooperação Brasil-Argentina | 19 |
| 2.2.2 | Criação do Mercosul | 25 |
| 2.3 | DO REGIONALISMO ABERTO AO PÓS-LIBERAL | 30 |
| 3 | EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA E ASCENSÃO CHINESA PÓS MERCOSUL | 33 |
| 3.1 | TRATADO DE ASSUNÇÃO E RELAÇÃO BILATERAL BRASIL- ARGENTINA: EVOLUÇÕES E DESAFIOS | 33 |
| 3.2 | ASCENSÃO CHINESA E SEUS EFEITOS NA AMÉRICA DO SUL | 40 |
| 3.2.1 | Relação comercial Brasil-China | 46 |
| 3.2.2 | Relação comercial Argentina-China | 51 |
| 4 | COMÉRCIO COMO VETOR: (DES)INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL? | 56 |
| 4.1 | TRANSIÇÕES DE PERFIL INTEGRATIVO | 56 |
| 4.2 | CONSEQUÊNCIAS DA ASCENSÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA, ESPECIALMENTE NA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA | 60 |
| 4.3 | INCOERÊNCIAS E DESAFIOS INTEGRATIVOS | 64 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| | REFERÊNCIAS | 70 |
| | APÊNDICE A - TOTAL DAS IMPORTAÇÕES DE BENS..... | 77 |
| | APÊNDICE B - TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS..... | 79 |

INTRODUÇÃO

O relacionamento entre Brasil e Argentina, assim como tantas outras relações bilaterais entre países do Sistema Internacional, teve um começo conturbado. Inicialmente as duas nações não visualizavam uma a outra como aliada, muito pelo contrário, devido ao fato de que o Brasil não rompeu seus laços com o sistema monárquico, representando os ideais de hegemonia e de intervenção portugueses, e por consequência contrastando com o perfil republicano do hemisfério. No episódio que conhecemos como “Guerra da Cisplatina” (1825-1828), na história argentina é tido como "Guerra contra o Império do Brasil", nele D. Pedro I defende seus direitos sobre a região da província e sai vitorioso, deixando o país rival em situação de derrota política e econômica. Isso posto, para os argentinos o Brasil representava uma ameaça por conta do expansionismo e tem seu papel visto como negativo nesta situação de conquista, ademais, Puig (1984) critica a incapacidade de manutenção do território por parte da Argentina - em sua opinião os conflitos foram acordados de forma prejudicial ao país - que não tomou medidas eficientes de política territorial.

Apesar do passado conturbado, os dois países em questão possuem um ótimo relacionamento na contemporaneidade, quase dois séculos após a Guerra da Cisplatina - levando em consideração que mutuamente se consideram importantes parceiros políticos e comerciais. As relações bilaterais em ambos os casos são de suma importância para a inserção dos países no cenário internacional e regional, pois, boas relações políticas contribuem para o estabelecimento de um espaço regional de paz e cooperação.

Sob tal enfoque, é oportuno mencionar alguns aspectos sobre integração regional, de acordo com Malamud (2012), o Estado moderno está suscetível a processos de integração que, em sua maioria, são influenciados por razões econômicas acarretadas do processo de globalização. A interconexão dos mercados mundiais fez com que alguns países - principalmente na Europa - desenvolvessem uma integração regional, como uma maneira de lidar com o processo em voga. O autor destaca que a movimentação da integração pode ser vista como a recomposição das fronteiras nacionais em um nível mais elevado, visto de uma forma protecionista, como um meio de atingir seus interesses de forma conjunta com outros países, pois individualmente não seria atingível. Assim, Haas (1964) define a integração regional como: “O processo de como e porque os Estados nacionais voluntariamente se misturam, confundem e fundem com seus vizinhos de tal forma que perdem certos atributos

factuais de soberania, enquanto adquirem novas técnicas para resolver conflitos entre si”¹ (1964, p.6, tradução nossa).

Nesse sentido, em decorrência da redemocratização, e do fim das possibilidades de conflito entre Brasil e Argentina, nasce o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Criado no ano de 1991 e composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul se configura como uma associação regional que se desenvolveu com um perfil econômico mais orientado ao exterior: o então presidente brasileiro José Sarney e o argentino Raúl Alfonsín iniciaram o processo de reaproximação, atribuindo um caráter pessoal e político a ele. Posteriormente, o presidente da Argentina, Carlos Menem, e os presidentes brasileiros Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, continuaram a guiar o projeto com um forte controle presidencial.

Ocorreu uma evolução por volta de 1995, em que o bloco passa de uma zona de livre comércio entre os países membros para uma união aduaneira incompleta, visando progredir para um mercado comum. Dessa maneira, é possível assumir que o processo de integração do Mercosul não seguiu os mesmos passos da metodologia aplicada ao caso europeu.

Durante esse mesmo momento de criação e estabelecimento do Mercosul, a China passou a adotar as bases que iriam guiar o crescimento da sua economia, que ocorreu de forma considerável. Ressalta-se que os efeitos desse crescimento passaram a ser sentidos mais fortemente após a adesão da China à OMC, no ano de 2001. Esse fato impactou significativamente nas dinâmicas do sistema econômico internacional, que também atingiram o processo de integração econômica regional mencionado anteriormente, causando diversos desafios (BENATTI, 2011).

Na região, Brasil e Argentina possuem relação de parceria estratégica com a China. É possível afirmar que os países tiveram ganhos com o crescimento chinês, apresentando características de economias complementares, que proveram matéria-prima e recursos naturais (PINI, 2015). No entanto, isso pode gerar uma conexão de dependência que está sujeita aos riscos de instabilidade que a economia chinesa possa passar.

Houve um aumento do comércio bilateral do Brasil e da Argentina com a China após a entrada do país na OMC. No ano de 2002 a China se tornou o terceiro principal destino das exportações brasileiras, subindo mais uma posição e tomando o segundo lugar da Argentina em 2008, e no ano seguinte ocupou o posto de principal parceiro comercial do Brasil -

¹ No original: “*Process of how and why nation states voluntarily mingle, merge and mix with their neighbors so as to lose the factual attributes of sovereignty while acquiring new techniques for resolving conflicts among themselves*”.

ultrapassando os Estados Unidos (ME, 2023). No caso argentino, atualmente o seu principal parceiro comercial é o Brasil, e o segundo é a China - além de ser um dos principais destinos das exportações argentinas (INDEC, 2023). Destaca-se que os dois países recebem muitos investimentos chineses que fomentam as parcerias comerciais. Nesse sentido, o avanço chinês observado em cada país pode ter influenciado e continuar influenciando na integração do bloco, destacando a falta de barreiras aos investimentos estrangeiros – e muitas vezes realizando acordos bilaterais que desestimulam ações em prol da integração (BENATTI, 2011).

Isso posto, levando em conta os pontos mencionados anteriormente, da crescente ascensão da economia chinesa na região e partindo do comércio bilateral entre Brasil e Argentina como um vetor de integração regional do Mercosul, origina-se o seguinte **problema**: em que medida a ascensão da China, como parceira comercial do Brasil e da Argentina, tem impactado na relação comercial bilateral entre os dois países da América do Sul no contexto do Mercosul?

Já existe bibliografia acerca da temática das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, e também as produções que buscaram teorizar e explicar a ascensão da China e de países da Ásia no continente sul-americano. Porém, as produções mais recentes, se concentram em temáticas de comércio relacionadas estritamente ao tema de *commodities*, ou a questões de política externa, e acontecimentos que envolvem diretamente os Estados Unidos, havendo poucas ocorrências de pesquisas que dessem enfoque no eixo desses três países e apresentassem problemáticas relacionadas à integração.

Por meio do software de pesquisa *Publish or Perish*, pesquisando através do Google Scholar e utilizando as palavras chaves “Mercosul”, “Brasil”, e “Argentina”, os resultados mais citados desenvolveram trabalhos que concernem mais à área da política externa, destacando os autores Paulo Roberto de Almeida, Monica Hirst e Leticia Pinheiro, Miriam Gomes Saraiva, Amado Cervo, que trataram da temática que concerne ao Brasil e aos posicionamentos e relacionamentos com a Argentina e com outros países também. Sob a abordagem da integração regional ressalta-se os trabalhos de Andrés Malamud, Deisy Ventura, Raúl Bernal-Meza, Tullo Vigevani, Gustavo de Mauro Favaron, Haroldo Ramanzini Júnior, Rodrigo Alves Correia, entre outros, que trabalharam especificamente o enfoque do Mercosul em si no âmbito da América Latina e Europa, do Brasil ante o processo de integração regional, e alguns tópicos específicos como o aspecto do campo nuclear - entre Brasil e Argentina, e aspectos ambientais. Ademais, é oportuno mencionar que as 50 publicações mais citadas - dentro do escopo do Mercosul, e das relações bilaterais Brasil-Argentina - foram publicadas entre 1997 e 2018.

Dentro dessa mesma pesquisa do software, é possível observar que as publicações dos últimos 4 anos - de 2019 a 2022 - que tiveram uma ou mais citações, somam menos de 300 resultados. Pontuando que em 2021, que é o ano que marca o aniversário de 30 anos do Mercosul houveram poucos trabalhos de pesquisa com esse foco específico.

Embora o volume de publicações dos últimos anos não tenha sido considerável, existem motivos que tornam o trabalho relevante. Nesse sentido, esse estudo se **justifica**, pois, a relação Brasil-Argentina pode servir de exemplo, seja pelos seus erros ou acertos. No início dos esforços de aproximação e posterior criação do Mercosul, as trocas comerciais entre os países sul-americanos era considerável e promissora no rumo à integração, contudo, nos últimos anos as relações se mostraram inferiores ao seu potencial, tendo as duas nações perdido a sua relevância no mercado internacional de bens industriais - principalmente após a ascensão chinesa. Todavia, percebe-se uma movimentação em prol da volta da priorização de relações comerciais bilaterais e regionais por parte do governo brasileiro atual e uma diversificação de parceiros. Pois, por mais que a nação brasileira ainda seja a principal parceira comercial da Argentina, esse posto é ocupado pela China no Brasil, e cabe a esse estudo a busca pelo aprofundamento da história e do histórico dessas relações, bem como trazer considerações sobre o impacto da participação dessa potência no comércio com os dois países e, por conseguinte, no processo de integração do Mercosul.

Sobre a temática da integração regional, considera-se que o Mercosul mostra-se como um processo de integração cujo funcionamento ocorre principalmente através da vontade estatal e de decisões por consenso, entende-se que não há uma aparato (concessão de soberania) que permita a “sobrevivência” de políticas públicas econômicas de longo prazo mais “profundas”, capazes de solucionar tais problemas - dificuldades aduaneiras e econômicas, já que estas podem vir a afetar questões econômicas e políticas dos Estados - questões internas. Por conseguinte, destaca-se a possibilidade de que haja uma integração mais profunda no futuro entre os países, mas existe dúvida sobre o futuro da integração no ponto regional - que baseia-se muito nas relações comerciais, e por isso estudar os aspectos e pontos centrais do que ocorreu no passado se mostra pertinente.

Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender sobre o processo de integração, como se dá e como impacta o relacionamento do Brasil com a Argentina. Países que não são protagonistas nas produções científicas e estudos da área de RI, mas que na região se configuram como importantes forças influenciadoras e integrativas. De forma a incentivar a problematização e a criação de novos estudos com enfoque nos países da periferia, e também em prol de incentivar discussões teórico-acadêmicas sobre o tópico em sala de aula.

Como objetivo **geral** da pesquisa têm-se: analisar em que medida a ascensão da China, como parceira comercial do Brasil e Argentina, têm impactado na relação comercial bilateral entre os dois países sul americanos no contexto do Mercosul. E como objetivos **específicos**: i) reunir teorias de integração regional e fazer um histórico do processo de integração do Mercosul, com ênfase na participação do Brasil e da Argentina; ii) compreender a evolução do comércio entre Brasil e Argentina, e destes com a China a partir da criação do Mercosul; e iii) analisar os períodos caracterizados por apresentarem alinhamentos a diferentes propostas de regionalismo, e qual o impacto do comércio entre Brasil-Argentina e destes com a China no âmbito do Mercosul.

No que diz respeito à **metodologia**, o método utilizado possui caráter descritivo, com viés analítico, buscando obter conclusões diante dos fenômenos observados e descritos, e expor as características do problema por meio de dados qualitativos e quantitativos - extraídos das bases de dados do Ministério da Economia do Brasil, do Instituto Nacional de Estadística y Censos da República Argentina, do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul, do UN Comtrade, do Banco Mundial, Atlas da complexidade e do UNCTAD. É utilizado o procedimento de estudo de caso e técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

O período analisado será desde o ano de 1991 até o momento atual. A partir da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, se utilizará como acervo bibliográfico documentos constitucionais, será feita a análise de portais e relatórios oficiais online do Governo da Argentina e do Brasil, relatórios do próprio Mercosul e resultados de comércio exterior elaborados pelos institutos governamentais responsáveis. Além de documentos oficiais do Mercosul, documentos do Ministério das Relações Exteriores, entre outros, para fazer comparações dos dados, realizar observações e analisar o contexto atrelado aos números, dentre outros. E também trazer partes relevantes de teses, artigos científicos, notícias e livros que abordam as temáticas da relação bilateral entre os dois países, sua participação na integração regional e seu relacionamento com a China.

Com a intenção de responder ao objetivo geral e à pergunta de pesquisa, o trabalho será estruturado em três capítulos, incluindo os objetivos específicos a serem alcançados. Desse modo, busca-se, no capítulo um, expor o embasamento teórico da pesquisa em voga, focando nas teorias de integração regional como opção teórica mais oportuna para o estudo e percepção da evolução da integração no Mercosul, bem como realizar o histórico de criação do bloco destacando a relevância da relação bilateral Brasil-Argentina. Assim, a utilização dessa ferramenta conceitual e histórica traz os debates mais relevantes sobre as abordagens centrais e o contexto necessário para compreender melhor as dinâmicas no período proposto.

No segundo capítulo, a proposta é descrever os acontecimentos, de forma a expor o contexto e realizar uma análise dos fluxos de comércio bilaterais entre Brasil e Argentina, e desses com a China a partir da criação do Mercosul. Também será abordada a questão da ascensão chinesa a partir de 2001 no continente sul-americano, e serão trazidos dados quantitativos que ilustram o avanço ou a retração no comércio entre os países, de maneira a expor o contraste de características, estratégias e atingimentos de cada país.

O terceiro capítulo busca analisar os períodos caracterizados por apresentarem alinhamentos a diferentes propostas de regionalismo – aberto, ou pós-liberal, demonstrar o impacto do comércio entre Brasil-Argentina e destes com a China no âmbito do bloco, retomando os conceitos e contextos abordados no capítulo 1. Dessa maneira, busca-se verificar se a mudança na orientação da integração e a aproximação comercial com a China estão alinhadas com a proposta do Mercosul.

2 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E HISTÓRIA DO MERCOSUL

Esse capítulo reúne as teorias de integração regional mais oportunas para a pesquisa e faz um histórico do processo de integração do Mercosul, com ênfase na participação do Brasil e da Argentina. Para isso, na primeira seção são revisadas as teorias que versam sobre estudos de regionalismo e integração regional das Relações Internacionais. A segunda seção conta com um histórico sobre a evolução da integração regional na América Latina, abordando a reaproximação de Brasil e Argentina pós-redemocratização e posterior criação do Mercado Comum do Sul. Na terceira seção há a apresentação de novos conceitos de integração do continente sul-americano, essenciais para o entendimento do conteúdo que será apresentado futuramente na presente pesquisa.

2.1 ELEMENTOS (OU ASPECTOS) TEÓRICOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Com o advento da globalização e o aumento da interconexão entre os países, o processo de integração regional teve seu início, sendo definido como uma união entre Estados nacionais - havendo a perda de alguns atributos básicos de soberania (HAAS, 1964). Além desta definição, Malamud e Schmitter (2006) adicionam que os Estados criam instituições comuns, que passa a haver uma maior troca comercial, uma comunicação e movimentação entre fronteiras mais fluída, um estreitamento nos laços entre as elites, a criação de símbolos que representam uma comunhão, e entre outros fatores como estes, que tornam a integração mais provável, mas não determinante. Nesse sentido, a integração regional - ou regionalismo - é um processo, que é liderado pelo Estado e formalizado pelo mesmo.

Em contraponto ao conceito de integração regional, é importante diferenciar do processo de regionalização. Também nomeada de dependência inter-regional, a regionalização se caracteriza por ser um processo informal - não conduzido pelo Estado, e consiste no aumento do fluxo comercial entre países que compartilham fronteiras. Essas movimentações podem vir a fomentar um processo de integração regional formalizado, no entanto, a maior motivação para que a interdependência ocorra fundamenta-se no mercado, e na vontade das instituições (MALAMUD, 2012).

Levando em consideração o aspecto econômico, é oportuno trazer as quatro etapas da integração econômica entre as nações de Balassa (1969), sendo elas: i) zona de livre comércio - que pressupõe uma maior troca e circulação de produtos entre os países membros, pois não há

tarifas, ii) união aduaneira - estabelece-se uma taxa que deve ser paga sobre produtos que forem adquiridos de países que não são membros, iii) mercado comum - que é uma união aduaneira com a possibilidade de livre circulação de capital e trabalho, sendo necessários ajustes à legislação e a coordenação de políticas que dizem respeito ao nível macroeconômico, e iv) união econômica - há a unificação de uma única moeda e adoção de uma única política monetária. Portanto, conforme vão ocorrendo avanços na esfera da integração econômica, eles acabam por sofrer um efeito de *spillover* na arena política.

Princípios de demanda e de oferta são elencados por Mattli (1999) como condições imprescindíveis para que a integração seja desenvolvida. A demanda está relacionada aos atores transnacionais, e a oferta de integração está relacionada ao que os Estados podem proporcionar através de políticas públicas.

Levando em consideração este aspecto, é importante mencionar a abordagem do novo regionalismo por Hettne (2003). Nessa proposição o autor explica as diferenciações entre o velho e o novo regionalismo: i) o velho regionalismo foi constituído em um cenário de bipolaridade - advindo da Guerra Fria, enquanto o novo tomou forma em uma ordem multipolar do Sistema Internacional - e em um contexto de globalização (se caracterizando como dois opostos, pois, a unipolaridade contradiz a multipolaridade e o regionalismo), ii) o velho regionalismo foi criado “desde cima”, e o novo se manifestou mais como um processo voluntário das regiões emergentes- em que os Estados e outros atores sentiram a necessidade de juntar-se em prol de enfrentar os novos desafios, iii) em termos econômicos, o velho regionalismo era protecionista - mais voltado para seu interior, já o novo pode ser descrito como aberto - compatível com a interdependente economia mundial, iv) o velho regionalismo possuía seus objetivos restritos a temáticas pré estabelecidas - como por exemplo economia e/ou segurança, enquanto o novo regionalismo possui objetivos e temáticas mais amplas e multidimensionais, e v) o velho regionalismo focava nas relações entre um grupo de Estados transfronteiriços, e o novo é formado por parte de uma estrutura global em transformação - por atores estatais e não-estatais.

A partir desse contraste entre o velho e o novo regionalismo são obtidas algumas conclusões significativas para a compreensão da abordagem do novo regionalismo. Em primeiro lugar, deve ser mencionada a multiplicidade de atores, uma visão para além das teorias focadas no Estado. Segundamente, o olhar para a região que realmente está em formação, para além da região que foi formalmente definida pelos estados membros - que também agrega uma visão multidimensional da região. E em terceiro lugar, como fator exógeno, a atenção ao contexto global e o processo de globalização - que não era tido em consideração pelas antigas

teorias de regionalismo, que somente se preocupavam com a união formal de economias estatais (HETTNE, 2003).

De maneira a fundamentar explicações posteriores, também cabe a explicação do índice de *regionness* de Hettne (1999), em que as regiões são classificadas em: i) espaço regional ou protorregião, ou seja, é levado em conta apenas o aspecto geográfico, ii) complexo regional ou região primitiva, com sistemas sociais e relações típicas do modelo de complexo de segurança de Buzan, iii) sociedade regional ou região formal, em que ocorre cooperação no âmbito cultural, econômico, político ou militar; iv) comunidade regional, que é marcada pela multidimensionalidade dos aspectos da cooperação estabelecida e pela convergência de valores; e, por fim, iv) Estado regional que é a região com “identidade própria, capacidade de ação, legitimidade e estrutura para tomada de decisão” (HETTNE, 1999, p. 11). Contudo, mesmo que esses cinco estágios aparentam uma sugestão de evolução da integração, o autor reforça que eles servem como uma estrutura para uma análise comparativa de países e regiões emergentes - de forma a promover um entendimento das dinâmicas endógenas.

Portanto, podemos comparar o processo de integração regional com o de formação dos Estados - destacando que não há um ente coercitivo e nem detentor do uso aberto da força. Existe um pressuposto de que há um projeto compartilhado e livre entre os potenciais membros desta região em formação, e o determinante para diferenciar o regionalismo e a constante integração econômica é que há o estabelecimento de um limite - definido de forma política - para o regionalismo. Esse processo pode ser visto como um resultado histórico, fruto das iniciativas de transnacionalizar a governança - que reforça valores comuns e minimiza as percepções de perigo (HETTNE, 1999). Assim, deve-se analisar brevemente a evolução da integração regional América Latina, e suas bases para a constituição do Mercosul.

2.2 EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

No que diz respeito ao aspecto da integração na América Latina, deve-se iniciar mencionando a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, que surgiu juntamente com a Comissão Econômica para a Europa. Nesse sentido, em meados dos anos 1950 o Comitê de Comércio da CEPAL produz uma série de estudos que defendem a cooperação regional como um mecanismo de preferências comerciais aceleradoras do desenvolvimento econômico. Seguindo com o mesmo posicionamento, no ano de 1956 a Comissão passou a apoiar um ideal de criação de um mercado regional para a América do Sul de forma a fomentar o processo de

industrialização dos países da região - tendo em vista que esse era um dos principais objetivos dos mesmos na época, setores da diplomacia e empresariado brasileiro passam a ter em conta a sugestão de uma zona de livre comércio que envolvesse os países com maior volume e diversificação de trocas comerciais. Nesse mesmo contexto, é assinado o Tratado de Roma em 1957, que estabelece a criação do Mercado Comum Europeu e impacta na América Latina, abrindo caminho para a integração regional (ALMEIDA,1993).

Diante disso, as primeiras iniciativas para que houvesse a constituição de um mercado regional ocorreram em uma reunião organizada pela CEPAL em 1958. Nesta ocasião, é obtida a conclusão que haveria benefícios na adoção simultânea de liberalização no comércio recíproco por representantes da diplomacia argentina, brasileira, chilena e uruguaia, o que tornaria possível executar a primeira fase de um processo de integração: uma zona de preferências tarifárias. No ano seguinte, em 1959 houve uma nova reunião com a elaboração de um projeto de zona de livre comércio entre os quatro países, que foi modificado em decorrência de consultas com o GATT. Após as modificações, Bolívia, Paraguai e Peru também decidem aderir ao projeto, assim, em 1960 ocorre a assinatura do Tratado de Montevideu e a Associação Latino-americana de Livre Comércio é criada. É oportuno mencionar que na década de 1960 há a assinatura de outros tratados de integração econômica na América Latina e no Caribe que possuem inspiração teórica similar à da ALALC, constituindo um período de grande atividade para a criação de um sistema de fomento da integração regional: em 1960 foi criado o Mercado Comum Centro-Americano, em 1968 foram criados a Associação de Livre Comércio do Caribe (Carifta) e o Mercado Comum do Caribe Oriental (MCCO) - que se transformou na Comunidade do Caribe (Caricom), e em 1969 foi criado o Pacto Andino (ALMEIDA, 1993; PRADO, 1997). Esse período coincide com a época do velho regionalismo.

Os primeiros anos de ALALC foram marcados pela negociação de Listas Nacionais de Concessões e Listas Comuns com diminuições tarifárias de produtos com o objetivo de ampliar mercados, trocas e diminuir efeitos de medidas protecionistas. No entanto, essas medidas não foram consideradas muito eficientes, pois os governos dos países maiores dificultavam a concessão de vantagens às nações que eram vistas mais como concorrentes do que como vizinhas e parceiras (PRADO,1997).

Na segunda metade da década de 1960, ocorre uma ascensão de regimes autoritários e militares na América Latina, representando uma regressão para os processos de integração regional do continente, pois, são inclinadas a políticas de autossuficiência. Partindo deste princípio, são priorizadas estratégias substitutivas e disseminadas políticas protecionistas, ademais, também ocorreram desentendimentos políticos, e ao final da década de 1960 pode-se

observar a divisão entre os países pragmáticos (Argentina, Brasil e México) e desenvolvimentistas (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) - havendo a criação do subgrupo regional andino por meio do Acordo de Cartagena (1969) sendo seus participantes o segundo grupo de países mencionado anteriormente - sem que os mesmos abandonassem a ALALC (ALMEIDA, 1993).

Na década seguinte, a ALALC passa unicamente a fomentar a industrialização nacional do Brasil e qualquer ideia de integração mais profunda era mal vista pelos representantes da nação. Isso posto, diante da incapacidade da formação de uma zona de livre comércio o fracasso da Associação se torna eminente, e os países membros tomam a decisão de negociar um novo tratado de Montevideu em 1980, instituindo a Associação Latino-americana de Integração (ALADI) - eliminando a obrigação da elaboração das listas comuns e os prazos para atingir as próximas fases do processo de integracionista, e flexibilizam-se os mecanismos que passam a ter caráter bilateral. Todavia, a ALADI surge em um contexto nada próspero para a economia latino-americana, os precedentes são marcados pelas duas crises do petróleo (1973 e 1979) e pela crise da dívida externa latino-americana - em seguida da moratória mexicana (1982), é um período em que os juros sobem e os créditos se esgotam, se torna possível observar a continuidade das políticas protecionistas - que impactam e diminuem fortemente o comércio intra regional.

O cenário da América Latina após os anos 80 é marcado politicamente pela emergência de novas democracias, e economicamente pela dificuldade de reinserção externa devido às políticas substitutivas. Ante a situação, cada país buscou realizar adequações em seus modelos de desenvolvimento, redefinindo o papel do Estado e realizando abertura econômica. No que concerne à integração, é identificada a tendência de novos mecanismos sub-regionais - abandonando-se esquemas multilaterais uniformes, que é observado por meio do início do processo de integração do Brasil e Argentina.

2.2.1 Cooperação Brasil-Argentina

É a partir da década de 1980 que passa a ocorrer uma maior mobilização em prol da integração com objetivos desenvolvimentistas seguindo as prescrições Cepalinas. Os precedentes do relacionamento bilateral de Brasil e Argentina foram marcados pela desconfiança, havendo poucos momentos que representassem cordialidade – destacando-se pontualmente a Declaração de Uruguiana de 1961, e o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus de

1979. No entanto, é necessário destacar o volume de comércio entre os países em voga e realizar uma revisão de acontecimentos que se sucederam e marcaram a mudança do status relacional dos países vizinhos.

A cooperação entre Brasil e Argentina se deu a partir da combinação da necessidade econômica e da vontade política, limitando-se a certas áreas centrais enquanto ainda eram governados por líderes ditatoriais no início da década de 80. Assim sendo, a evolução é observada em três temáticas estratégicas: nuclear, hidrelétrica e militar, observadas pela sucessão de encontros presidenciais pautados pelos tópicos anteriores. Em maio de 1980 o presidente brasileiro Figueiredo visita a Argentina e firma o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos pacíficos da Energia Nuclear, bem como outros instrumentos que visavam cooperação em prol do desenvolvimento do uso pacífico da energia nuclear, respeitando programas internos e compromissos internacionais de cada um, em seguida, no ano de 1982 houve a inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e no campo militar há o “suporte” brasileiro durante a Guerra das Malvinas – que manteve uma neutralidade imperfeita e favorável a Argentina, fornecendo suprimentos necessários para a luta pelo direito de soberania do território (MONIZ BANDERA, 2012). Isso posto, verifica-se um esforço de aprofundamento da cooperação entre os países.

Com a recuperação da democracia nas duas nações e um cenário internacional apresentando um clima adverso, há a constituição das bases de um processo de integração mais amplo. A volta à democracia na Argentina ocorre em 1983 com a eleição de Raúl Alfonsín, e no Brasil em 1985 com o vice-presidente eleito José Sarney assumindo o governo do país.

O novo governo argentino possuía propostas que versavam reformas graduais, com objetivos claros que o regime democrático deveria perseguir. A situação econômica herdada dos governos militares era a de uma estrutura econômica antiquada, com um setor industrial fragmentado e uma dívida externa gigantesca. Partindo dessas condições, as novas prioridades do governo baseavam-se em modernizar a economia nacional e buscar uma maneira de se reintroduzir no cenário internacional de forma a respeitar a paz e os direitos humanos e manter o forte apoio popular que vinha recebendo. Diante disso, em torno do ano de 1984 o presidente Alfonsín e seu chanceler Dante Caputo passam a considerar a integração econômica regional como um mecanismo em prol da autonomia e do desenvolvimento, sua estratégia pressupunha a criação de um espaço de cooperação com a América Latina como um todo, tendo a relação Brasil-Argentina como base primordial. Isso posto, firmar o relacionamento com Brasil se tornou um objetivo importante da política externa argentina – que passa de um perfil guiado pela disputa da liderança, para o fundamento da busca da cooperação (GRANATO, 2014).

Seguindo pelo cenário de transição para o regime democrático, o Brasil encarava uma crise em seu modelo desenvolvimentista, precisando de margem de negociação com as grandes potências e encontrando protecionismo nos seus principais destinos de exportação. A predisposição para o processo de integração entre Brasil e Argentina era significativa, ainda que não estivesse integralmente clara a dimensão econômica, a dimensão política indicava a importância da integração, já que os dois países deveriam enfrentar desafios semelhantes no que concerne aos interesses dos Estados Unidos acerca da dívida externa e do distanciamento das principais movimentações do comércio e fluxos de investimentos internacionais. Aqui vale o adendo sobre a “crise da dívida” ocorrida no início dos anos 80 na América Latina, devido ao aumento da oferta de capitais “baratos”, diversos países do continente aproveitaram essa disponibilização, no entanto a crise de acumulação do centro e o primeiro choque do petróleo em 1973 causaram grande impacto no sistema de Bretton Woods e geraram uma liquidez internacional excessiva – elevando consideravelmente a dívida externa e havendo a ampliação da taxa de juros pelos países credores – logo, com a renegociação das dívidas o FMI impôs políticas de desvalorização de moedas nacionais, políticas recessivas e fiscais restritivas causando disputas de distribuição devido a redução de políticas sociais e aumento da inflação, essas condicionantes acrescidas dos indicadores macroeconômicos negativos caracterizaram a década como “perdida” (GIAMBIAGI et al, 2016).

A posse de José Sarney a presidência no ano de 1985 manteve o perfil de aproximação que foi iniciado pelo presidente Figueiredo com o governo de Alfonsín no período anterior. Os governos militares das duas nações possuíam características diferentes no que concerne às temáticas de industrialização e desenvolvimento, pois o militarismo brasileiro buscava avanços nas duas áreas. Contudo, o cenário pós-ditadura igualava as duas nações em suas tentativas de retomar o seu desenvolvimento, com modernização do setor industrial, retomada de investimentos e estabilização dos índices de inflação. Contudo, o endividamento ocasionava uma grande diminuição dos recursos – pois estes eram destinados ao pagamento dos juros, concomitantemente enfrentando o protecionismo das principais potências - destino das exportações agrícolas e uma crise do setor bancário, dificultando o acesso aos mercados do centro e causando a queda nos preços dos produtos de exportação primária.

Mesmo diante destes desafios, a integração Brasil-Argentina buscava aderir a compromissos que incentivavam a proteção e a consolidação dos regimes democráticos, bem como a manutenção da paz na região. Assim, os dois presidentes possuíam ideais similares de fomento ao desenvolvimento interno dos dois países, com base no projeto regional que os

tornaria mais competitivos e abriria margem de negociação com países do centro, dessa maneira a integração é tida como mecanismo de fortalecimento interno e autonomia.

No ano de 1985 é assinada a Declaração de Iguazu pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, que torna o momento histórico da inauguração da Ponte Internacional da Fraternidade Tancredo Neves um marco da relação bilateral. Nesse documento os dois governantes buscaram ampliar seu poder de negociação no sistema internacional, aumentar a cooperação em setores de ciência e tecnologia, também houve a reafirmação do apoio à soberania Argentina frente o território das Ilhas Malvinas, e de forma a destacar o caminho integrativo regional guiado pela paz, é firmada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear – estabelecendo os propósitos a serem perseguidos nesse enfoque (BRASIL, 1985).

Ainda sob essa perspectiva, há a criação de uma Comissão Mista de Alto Nível de Cooperação e Integração Econômica Bilateral, presidida pelos ministros das Relações Exteriores, representantes governamentais e empresariais de cada país. A Comissão deveria examinar e realizar propostas de programas e projetos que incentivassem a integração econômica, destacando a inclusão de diversos setores – para que a interconexão entre Brasil e Argentina fosse maior. Logo, destaca-se a maneira democrática com que a iniciativa foi conduzida e concluída com o compromisso de sua manutenção, tal qual, com o de integração regional:

[...] os Presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsin reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e integração entre os povos da região. Afirmaram, igualmente, que, para os latino-americanos, a democracia deve necessariamente significar Paz, Liberdade e Justiça Social; comprometeram-se a não poupar esforços para que convivam neste continente sociedades que privilegiem os princípios de dignidade humana, cooperação, solidariedade, paz e bem-estar. Concluíram assinalando que as relações bilaterais brasileiro-argentinas serão exemplo deste ideário (BRASIL, 1985, p. 07).

No ano seguinte, os projetos desenvolvidos no âmbito da Comissão mencionada anteriormente embasaram a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, levando os presidentes a aprovarem doze protocolos adjuntos centrados em metas para o desenvolvimento econômico e qualidade de vida de seu povo. Tendo isso em vista, Brasil e Argentina estabeleceram o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) que buscou – calcando-se em princípios de gradualidade, flexibilidade, equilíbrio e simetria – adotar uma estratégia de integração progressiva, determinando as bases para a evolução do estabelecimento de uma zona de livre comércio. O programa era guiado em prol de gerar uma integração entre diferentes segmentos e expandir o comércio entre os países, além de buscar modernização tecnológica e incentivar a participação de setores empresariais de forma que houvesse equilíbrio – sendo os

Estados os “gestores” desse processo. A separação por setores era a melhor forma de lidar com as assimetrias produtivas de cada país – no que se refere a desempenho, capacidades, matérias-primas, câmbio, incentivos, políticas salariais, etc. – e os resultados decorrentes do aumento dos fluxos comerciais gerou certo otimismo. Todavia, o cenário econômico interno dos dois países, marcados por oscilações dos tipos de câmbio e insucesso dos planos de estabilização econômica (Austral e Cruzado), gerava desafios no tocante a ampliação do acordo de integração para alcance de novos setores (ALMEIDA, 1998; GRANATO, 2014). Então, por mais que os resultados positivos tenham se limitado a alguns setores, é importante destacar que houveram outros avanços no projeto integrativo, como: a cooperação no setor aeronáutico e no desenvolvimento de pesquisas de biotecnologia, a criação de instituições educativas na área da informática, entre outros.

No ano de 1988, Brasil e Argentina iriam passar pela primeira transição presidencial democrática. Nesse período é aprovada a nova Constituição Brasileira, que prevê por meio do Artigo 4º interesses de integração com os países de seu entorno: “[...] A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (BRASIL, 1988). Dessa maneira, os ainda presidentes Sarney e Alfonsín buscaram avançar no processo de integração e diminuir as limitações da Ata de Iguazu.

Em resposta a estas limitações estruturais, os governantes brasileiro e argentino firmam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, mantendo os princípios de gradualidade, flexibilidade, equilíbrio e simetria. Tudo isso para que a população e o setor empresarial pudessem se habituar às novas regras de competição e de legislação econômica, no momento de criação de um espaço econômico comum entre as nações. O instrumento que previa “reciprocidade e equilíbrio de vantagens” foi dividido em duas etapas: i) remover barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio de bens e serviços em no máximo dez anos; e ii) harmonizar as políticas para criação de um mercado comum (englobando comércio, setores de tecnologia e ciência, agricultura, indústria, e a coordenação de políticas aduaneiras, fiscais e cambiais). Ainda, era prevista a criação de uma Comissão Parlamentar Conjunta que deveria exercer um papel consultivo ante projetos provenientes do tratado, caracterizando-se, assim, de maneira diferenciada ao que ocorreu nos períodos de ditadura com a ALALC e ALADI (BRASIL, 1988).

Esse novo passo no processo integracionista entre Brasil e Argentina ocorreu em um cenário de complexidades nas situações domésticas de cada país. A transição passou a contar com governos neoliberais, concretizando essa virada de chave nos novos governos da América

Latina, condicionados pelas prescrições das instituições financeiras e os resultados do consenso político-ideológico de Washington². É nessa conjuntura de reformas internas que o processo de integração vai ser redefinido.

No ano de 1989 um novo presidente peronista assume o governo da Argentina. Carlos Menem encontra o país em uma situação de crise inflacionária e de desafios políticos, sociais e econômicos, mas mesmo assim, o governante buscou seguir com o processo de integração iniciado pelo seu antecessor – incentivando a aprovação do Tratado supracitado pelo Congresso Nacional. Todavia, esse novo clima integracionista estava calcado em objetivos e princípios que iam em desacordo com a meta de desenvolvimento intersetorial industrial que era perseguido anteriormente e compunham a essência do processo integrativo de 1985. Esses princípios, predominantemente neoliberais, representavam uma mudança no padrão da política externa da Argentina, que passou a privilegiar o relacionamento com os Estados Unidos – sob o pretexto que a solução para a sua inserção internacional e estabilidade interna se daria através do alinhamento com a potência hegemônica do sistema (FERRER, 2012).

Já no ano de 1990, com a eleição do presidente brasileiro Fernando Collor de Mello havia a narrativa neoliberal de que o modelo de substituição de importações e suas políticas desenvolvimentistas derivadas foram responsáveis pelos problemas de desenvolvimento do país na década anterior. O novo governo também convergia com o paradigma adotado pela Argentina no que diz respeito ao alinhamento e privilégio de relações com os Estados Unidos – buscando inserir e adaptar a economia interna aos requisitos da economia global. Dessa forma, destaca-se que o enfoque econômico das relações internacionais, o aumento da competitividade e a redução de custos, se tornava a receita para obtenção de uma inserção externa bem-sucedida.

Com o pretexto de obter esta inserção mais competitiva do Brasil no cenário internacional, Collor busca a abertura econômica. Mercados e insumos externos fomentariam um crescimento articulado, por isso, a integração com a Argentina era vista como um mecanismo de fortalecimento da liberalização comercial – conforme demandava o centro capitalista, e o comércio entre os países deveria caminhar em direção a formação de um espaço econômico que tornassem os dois Estados mais atraentes a receber investimentos e passassem a acessar mercados externos. Assim, infere-se que o modelo de integração teria caráter principalmente comercial com abertura para os mercados externos.

² Destacando que políticas neoliberais já haviam sido realizadas durante os governos militares, e no início dos novos regimes democráticos, contudo, é na década de 1990 que passa a ocorrer uma aplicação com mais frequência e intensidade dessas políticas.

Seguindo este princípio, em julho de 1990 ocorre uma visita presidencial brasileira à Argentina, na ocasião os dois governantes firmam a Ata de Buenos Aires. O documento formaliza o compromisso de redução em quatro anos e meio do prazo estipulado para a formação do mercado comum – como uma evolução da simples zona de livre comércio - previsto no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento do ano de 1988, em face disso, o prazo limite passa a ser 31 de dezembro de 1994. Ademais, reiterando a Ata

[...] substituiu a integração seletiva e setorial, baseada em negociações produto a produto, por um processo de redução linear, generalizada e automática das tarifas alfandegárias a cada seis meses. Instituiu também um sistema de eliminação progressiva das listas de produtos que ficariam de fora da liberalização e deu prioridade à harmonização das políticas macroeconômicas. Na mesma época, foi criado o Grupo Mercado Comum (GMC) e assinado o Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, [...] (RÊGO, 1995, p. 170).

Em dezembro do mesmo ano é firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 14. Esse acordo marcou o fim do perfil de integração lançado pelo PICE - que se baseava na integração gradual, equilibrada, flexível e simétrica – evoluindo para um perfil progressivo, linear e automatizado de liberalização para todo o universo tarifário, buscando generalizar o tratamento a todos os produtos. Sob o mesmo instrumento, foi estabelecida a eliminação das barreiras não tarifárias que influenciavam o comércio e o intercâmbio bilateral.

Portanto, o momento de integração pós redemocratização possuiu características diferenciadas do período subsequente. Nos governos de Sarney e Alfonsín havia o princípio do desenvolvimento conjunto a partir de estratégias de industrialização e de programas focados em outras áreas que pudessem ser benéficas para os dois países, o desenvolvimento doméstico reafirmaria a democracia e proporcionaria mais autonomia frente o cenário internacional. Por outro lado, nos governos de Collor e Menem o perfil passou a ser de integração neoliberal aberta aos mercados externos, de maneira a utilizar o mercado regional como um catalisador de vantagens comparativas, que serviria para inserir os países na ordem econômica internacional.

2.2.2 Criação do Mercosul

Em 26 de março de 1991 na cidade de Assunção, foi formalizado o compromisso de ampliar o alcance do Acordo de Complementação Econômica nº 14 de um nível bilateral para

regional. Foi firmado o Tratado para a constituição do Mercosul pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, estabelecendo o prazo de formação de um mercado comum entre as nações até 31 de dezembro de 1994, por meio de um programa guiado por características de liberalização comercial progressiva, linear e automática. Dessa maneira, o Tratado de Assunção estabelecia em seu artigo 5 os instrumentos para a constituição do Mercado Comum:

- [...] a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário [...];
- b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;
- c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;
- d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes. (BRASIL, 1991, p. 2)

Levando em consideração as metas traçadas para serem alcançadas, o Tratado também estabelece uma estrutura orgânica. Dos artigos 9 ao 18 fica registrada a responsabilidade de dois órgãos principais: o Conselho do Mercado Comum e o Grupo do Mercado Comum, que deveriam prezar pela execução dos objetivos do Tratado e pela condução das atividades durante o período de transição estabelecido. A estrutura institucional enxuta se deu pelo motivo de que as decisões e negociações eram executadas pelos Estados Partes e seus poderes executivos, ou seja, os responsáveis eram os mesmos tomadores de decisões que concernem a política externa e a doméstica – baseadas em preceitos liberais. Diante disso, será possível visualizar o caráter presidencialista que perpassa a dinâmica da integração do Mercosul (GRANATO, 2014).

Nesse contexto de transição se inicia a negociação da Tarifa Externa Comum (TEC), que fazia parte do programa de liberalização comercial. A TEC busca proporcionar um ambiente igualitário e competitivo entre as nações integradas, padronizando os impostos cobrados sobre a importação de determinados produtos, destacando que nesses anos de transição os fluxos comerciais entre os Estados participantes aumentaram com a redução tarifária, e voltaram a receber capital estrangeiro novamente (GRANATO, 2014).

No entanto, as negociações para o estabelecimento da união aduaneira foram marcadas por uma certa resistência dos dois países protagonistas, Brasil e Argentina. A razão para tal resistência estava na perda de sua autonomia para conduzir suas políticas comerciais externas

– pois uma característica da união aduaneira é haver limitações nas negociações com outros Estados sem incluir os outros países membros. Para o Brasil, havia um pequeno temor na concretização do processo integrativo. Devido a possibilidade do mesmo ser visto como um impasse para negociações em mercados que foram conquistados de maneira individual, e que as decisões do Estado como um todo tivessem que ser tomadas com base no processo. Isso posto, o país buscou se orientar por um processo associativo que fosse mais pragmático, com destaque aos setores que não abalasses a autonomia e capacidade decisória da república. Para a Argentina, o evento da aprovação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1993 causou uma certa dubiedade nos rumos a serem seguidos. O país ficou entre fazer parte do grupo dos países que seriam escolhidos para entrar no acordo anterior, ou dar seguimento nos instrumentos que iriam concretizar a união aduaneira com os países do Mercosul. Dessa forma, a manutenção do caráter do bloco como área de livre comércio, atrasando a evolução para a próxima fase de integração, não obrigava o governo argentino a adotar a TEC e outros preceitos de política comercial comum com as outras nações participantes, havendo a possibilidade de vir a fazer parte do NAFTA na ocasião de um convite dos americanos (CANDEAS, 2017).

O avanço do bloco ficou comprometido devido ao desalinhamento das decisões de política econômica do Brasil e da Argentina nesta primeira fase de transição. O Brasil se encontrava em uma situação de desequilíbrio macroeconômico e presenciava o aumento da inflação, já na Argentina havia a adoção do Plano Cavallo de conversibilidade – visando ajustar a economia do país. A posse de Itamar Franco, logo após o impeachment de Collor, e a sua implementação do Plano Real contribuiu para a diminuição da inflação e para um maior alinhamento econômico entre os dois países. No entanto, o perfil de política externa da nova gestão provocou um certo apartamento devido a priorização de uma agenda mais autônoma³ (CANDEAS, 2017; RUSSELL; TOKATLIAN, 2003).

Entre 1995 e 1998, tem-se início a segunda etapa da evolução pós o período de transição inicial do Mercosul. Esse momento é marcado pela constância do recebimento de investimentos de fora, e pelo aumento dos fluxos de comércio dentro da região e externamente a ela também (BOUZAS, 2001).

³ A visão autonomista do ministro Celso Amorim priorizava a integração sul-americana, havendo esforços para a criação do projeto da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) – composta pelos países do Mercosul, do Pacto Andino, Chile, Suriname e Guiana - com a meta de promover um comércio mais livre entre 1995 e 2003. A proposta foi formulada em uma reunião do Grupo do Rio e formalizada em 1994, sendo anterior a reativação da Iniciativa para as Américas e evolução para a proposta da ALCA.

É em dezembro de 1994 que o Mercosul tem sua personalidade jurídica consagrada por meio da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que nada mais é do que um protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do bloco (BRASIL, 1994). Nesse documento são estabelecidos seus órgãos definitivos e o sistema de solução de controvérsias, ainda, ocorreu a aprovação da TEC.

No ano de 1995, ocorre a posse de um novo presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que assume em um contexto pós Plano Real e implantação da TEC. O perfil era de alinhamento ao capitalismo transnacional, sem ser completamente neoliberal e de abertura plena que eram características atribuídas ao governo Menem, que estava por iniciar seu segundo mandato nesse mesmo período. No contexto internacional desse mesmo ano é criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), que passa a ser o pilar de sustentação do novo sistema internacional de comércio, abarcando o GATT - Acordo Geral de Tarifas e de Comércio e os produtos dos acordos multilaterais de liberalização.

Domesticamente, a situação brasileira havia melhorado na questão da inflação e havia uma certa unanimidade com relação às privatizações, porém, existiam algumas tensões entre setores. Basicamente se configurava uma oposição entre o favorecimento do desenvolvimentismo e a liberalização comercial, isso fez com que houvesse a proteção de alguns setores considerados mais essenciais para o desenvolvimento da nação, e o processo de liberalização fosse mais moderado. Na Argentina também se organizavam alguns novos dilemas entre continuar a “manter” o Mercosul como uma área de livre comércio, ou apoiar o projeto americano da ALCA, mas a posição interna preponderante foi a de somente aprovar a entrada na ALCA por meio do Mercosul.

Nesse sentido, faz-se necessário apontar que todos estes ocorridos tiveram impacto negativo no desenvolvimento da união aduaneira do Mercosul, pois, houve uma constância muito menor de negociações comerciais (GRANATO, 2017). Todavia, houveram avanços em diferentes áreas, destacando-se a de cooperação nuclear, que foi a responsável por elevar as relações bilaterais ao nível de aliança estratégica no ano de 1997.

Ademais, reitera-se o caráter democrático e de fortalecimento desse espírito que o processo integrativo trouxe para a região. No ano de 1996 foi firmada a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, e no ano de 1998 foi firmado também o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Destarte, essas declarações e protocolos reafirmam o valor da democracia como primordial no Mercosul.

Aproveitando a menção a Bolívia e Chile, ressalta-se que foram firmados acordos de livre comércio com os dois países, também foi formalizado um acordo de cooperação com a

União Europeia no ano de 1995, e iniciaram-se as negociações da iniciativa da ALCA. Tudo isso ocorreu inserido na estrutura de integração regional do Mercosul.

Portanto, esse período de início e transição do Mercosul pode ser visto como uma evolução perpassada pelo alinhamento às grandes potências do sistema internacional.

Com a chegada dos anos 2000 o regionalismo da América Latina obteve um perfil mais complexo que influenciou no Mercosul. O enfoque anterior se concentrava em questões de cunho econômico, com enfoque na liberalização comercial, no entanto, o novo século advém e traz novas temáticas. O continente como um todo passou por um momento importante desde a criação do Mercosul e da adoção de políticas neoliberais, pois, o cenário foi marcado por diversos planos de ajuste em decorrência de crises inflacionárias da década anterior. Isso posto, o modelo neoliberal passa a apresentar certas vulnerabilidades que impactam nos dois principais países do bloco, desacelerando o progresso da integração regional.

Com o propósito de superar a estagnação em que se encontrava o Mercosul novos entendimentos e iniciativas surgem na primeira Reunião de Presidentes da América do Sul no ano de 2000. Destaca-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que serve como uma ferramenta de fomento a projetos relacionados à infraestrutura, energia, comunicações e transportes - para que fosse aprofundada a integração “física” entre os países do continente. No ano em questão também foi promovido o “relançamento” do Mercosul, contudo, esse novo momento do bloco tem um início marcado por crises.

O governo da Argentina, comandado pelo presidente Fernando de la Rúa, apresentava vulnerabilidades. Diante disso, após a percepção das incertezas do cenário pelo governo brasileiro, o Mercosul foi colocado em *standby*, e a situação macroeconômica argentina se demonstrava cada vez mais crítica - culminando com o fim do plano de convertibilidade e suspensão dos auxílios do FMI. O país passou por grave instabilidade institucional, e a estratégia de reinserção foi o alinhamento automático aos Estados Unidos, reduzindo o Brasil a mero sócio em matéria econômica. A posição de tornar o Brasil um dos principais aliados no que diz respeito à política externa só foi empregada quando Eduardo Duhalde assumiu o poder no início do ano de 2002.

No ano de 2003, há a ascensão de novos governos no Brasil e na Argentina. O presidente Lula e Kirchner enfrentaram diversos desafios gerados pelas políticas neoliberais dos períodos anteriores, em decorrência disso, a noção e o modelo de integração sofreram modificações. Assim, as concepções de integração dos dois governantes passam a se aprofundar em novas

elementos - não se limitando mais somente a dimensão econômica, essa mudança de modelo de integração será tratada na seção seguinte e aprofundada no decorrer do trabalho.

2.3 DO REGIONALISMO ABERTO AO PÓS-LIBERAL

Partindo da influência das teorias do Novo Regionalismo e do estruturalismo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), foi desenvolvido o conceito de Regionalismo Aberto pela própria Cepal no ano de 1994, defendendo a abertura econômica em um cenário marcado por novas teorias de comércio internacional. Na publicação *“El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad”* (1994) o conceito de Regionalismo Aberto é visto como um processo que tenta se adequar a duas interdependências: i) a gerada pelos acordos comerciais preferenciais, e ii) a consequência da liberalização comercial. Assim, é possível observar que havia a tentativa de conciliar processos que eram tradicionalmente concebidos como contrários, além de ter como objetivo perseguir políticas de integração que visassem o aumento da competitividade no cenário internacional (CEPAL, 1994).

Essas ideias trazidas pela Cepal defendiam pressupostos opostos aos abordados por autores tradicionais, como o mencionado anteriormente, Bela Balassa (1969). A análise do autor sustentava que a integração era um processo de eliminação de barreiras artificiais ante as trocas de capital e trabalho, e a integração econômica seria atingida como resultado final quando fossem abolidas as barreiras aduaneiras – seguindo os princípios clássicos da economia liberal e à concorrência como mecanismo tradicional do mercado, no entanto, defendia que alguns se beneficiam enquanto outros – que não faziam parte do processo de integração - se prejudicavam com a situação do desvio do comércio para o espaço regional. Já o Regionalismo Aberto da Cepal tinha como primeira etapa a criação de economia de escala para se inserirem no mercado internacional, suprimindo os elementos políticos do debate – não entrando em tópicos como desenvolvimento, conflitos, tensões, etc (CAVALCANTI, 2019).

É possível afirmar, conforme foi explicitado anteriormente, que a criação do Mercosul no ano de 1991, ocorreu em um contexto de Regionalismo Aberto e de ascensão do neoliberalismo. Os momentos que antecedem a formalização de composição do bloco, com a volta da aproximação de Brasil e Argentina nos anos 1980, possuem um forte caráter de aproximação em decorrência de motivações políticas em detrimento de motivações econômicas (TREIN, 2000 apud CAVALCANTI, 2019). No entanto, na década que se segue, o Mercosul

acaba por seguir um modelo calcado no comercialismo – característico do Regionalismo Aberto.

Assim, na primeira década de Mercosul há a tentativa de fortalecer o bloco como uma maneira de preparação para a competitividade internacional, seguindo os princípios do Regionalismo Aberto. O resultado é que o comércio intrabloco cresceu de 4,1 bilhões de dólares em 1990 para 20,5 em 1997 (CERVO, 2002 apud CAVALCANTI, 2019), no entanto, o bloco não logrou aumentar sua participação no comércio internacional, por mais que sua abordagem principal fosse preponderantemente econômica e comercialista (CAVALCANTI, 2019).

Uma nova concepção de integração passa vigorar no início do século XXI, com a ascensão de governos de esquerda na América do Sul. A principal característica é que esses novos governos deixam de seguir irrestritamente as políticas econômicas neoliberais da década de 90, diante disso, novos termos começam a surgir: “regionalismo pós-liberal” e “regionalismo pós-hegemônico”, pois buscavam denominar projetos que não se limitassem apenas a aspectos econômicos, mas que pensassem a região de uma maneira política.

Isso posto, foram reunidas as teorias de integração regional mais oportunas para a pesquisa, seguidas por um histórico do processo de integração do Mercosul, com ênfase na participação do Brasil e da Argentina.

Portanto, podemos observar, que o processo de integração regional do Mercosul foi de fato conduzido, iniciado e formalizado pelos Estados protagonistas da região, Brasil e Argentina. A formalização do projeto ocorreu por meio do Tratado de Assunção, o qual propunha um cronograma com objetivos a serem cumpridos - sendo o seu objetivo principal a longo prazo a evolução para um mercado comum. Diante disso, tomando como base as etapas propostas por Balassa (1969), foi possível observar que a evolução econômica defendida pelo autor não se concretizou no bloco em questão - sua perspectiva foi desenvolvida com base no caso europeu, que implicava o aprofundamento da integração econômica e criação de instituições supranacionais. Então, por mais que o Protocolo de Ouro Preto tenha posto fim ao período estimado de transição e estabelecido a estrutura institucional do Mercosul, a meta principal de se tornar um mercado comum, se frustra em uma mera zona de livre comércio, “[...] o MERCOSUL é “um caso de regionalismo aberto no âmbito da Organização Mundial do Comércio, [...] um processo original de integração que não segue necessariamente uma metodologia semelhante à utilizada na Europa”⁴ (MALAMUD, 2010, p.385, apud PEÑA,

⁴ No original: “*Como ha observado Peña (1998: 96), el MERCOSUR es “un caso de regionalismo abierto en el marco de la Organización Mundial de Comercio,...un proceso de integración original que no sigue necesariamente una metodología similar a la empleada en Europa.”*”

1998, p. 96, tradução nossa). Assim, no próximo capítulo será introduzido o contexto de ascensão de um novo *player* na arena internacional e no continente - a China, e será analisado seu impacto nas relações comerciais entre Brasil e Argentina.

3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA E ASCENSÃO CHINESA PÓS MERCOSUL

Esse capítulo expõe o contexto e realiza uma análise da evolução dos fluxos de comércio bilaterais entre Brasil e Argentina, e desses com a China a partir da criação do Mercosul. Para isso, na primeira seção é retomado brevemente o contexto de criação do bloco, suas propostas e os dados que ilustram a relação comercial bilateral entre Brasil e Argentina. Na segunda seção é abordada a questão da ascensão chinesa a partir de 2001 no continente sul-americano e alguns dos seus efeitos. Essa seção foi dividida em duas partes: a primeira versa sobre o comércio bilateral Brasil-China e a segunda sobre o comércio bilateral Argentina-China.

3.1 TRATADO DE ASSUNÇÃO E RELAÇÃO BILATERAL BRASIL- ARGENTINA: EVOLUÇÕES E DESAFIOS

Conforme visto no capítulo anterior, o processo de integração de Brasil e Argentina teve avanços significativos na década de 1980, e a partir da década seguinte novas características foram adotadas. No ano de 1991 foi criado o Mercosul tendo como marco constitucional o Tratado de Assunção, prevendo uma complementação de setores econômicos em prol da aceleração do processo de desenvolvimento calcado na justiça social. Contudo, a evolução se deu apresentando características de baixa institucionalidade, determinando o objetivo de criação de uma área de livre comércio com o desenvolvimento da competitividade entre as empresas da região. Assim, o bloco seria o meio de consolidação da inserção política e econômica dos países no cenário internacional baseando-se nas vantagens comparativas (CAVALCANTE, MILAN, & MORRONE, 2022, apud VIGEVANI & MARIANO, 2001).

Nesse sentido, conforme previsto pelo Tratado de Assunção, o Mercosul deveria estar plenamente estabelecido até 31 de dezembro de 1994. Ademais de todos os Estados membros terem se comprometido com: a livre circulação de bens e serviços, a eliminação de direitos e restrições alfandegárias, ao estabelecimento da TEC, a coordenação de políticas macroeconômicas comuns - agrícola, fiscal, monetária, industrial, cambial, etc - e a harmonizar as legislações internas, em prol da evolução do processo de integração, tudo isso está formalizado no Artigo 1 do Tratado em questão. Contudo, nos anos que se seguiram, Brasil e Argentina discordaram em algumas situações e realizaram medidas que não necessariamente contribuíram para o aprofundamento da integração do Mercosul.

Diante disso, é oportuno trazer dados e realizar análises acerca do comércio bilateral entre Brasil e Argentina a partir do ano de criação do Mercosul. Segundo os dados de importações argentinas por uso econômico provenientes do Brasil (ver Apêndice A) - com dados extraídos do Instituto Nacional de Estadística y Censos da República Argentina, verificou-se que as importações da Argentina de produtos provenientes do Brasil apresentaram aumento progressivo a partir da data de criação do bloco. No entanto, houve quedas significativas entre os anos de 2000 a 2003, com um retorno ao crescimento em 2004 e manutenção do mesmo até o ano de 2008. Em 2009 houve uma baixa, com retorno ao crescimento no ano de 2010, destacando que no ano seguinte, 2011, as importações alcançaram US\$ 22 bilhões. Entre os anos de 2012 e 2022 as importações variaram entre anos de baixas, como 2012, 2014, 2015, 2018, 2019 e 2020, e anos de alta, como 2013, 2016, 2017, 2021 e 2022.

Já sobre o volume das exportações da Argentina para o Brasil no período de 1991 até 2022, sendo as exportações separadas por grandes categorias (GR) (ver Apêndice B), é possível verificar que desde a criação do Mercosul até o ano de 1997 há o aumento progressivo de importações brasileiras de produtos argentinos. Entre os anos de 1998 até 2003 houveram quedas - salvo o ano de 2000, e de 2004 até 2010 onde apresentaram-se aumentos - salvo o ano de 2009 onde também houve baixa, é oportuno destacar que assim como as exportações brasileiras, as importações também alcançaram os resultados mais significativos no ano de 2011, atingindo US\$ 17 bilhões. Entre os anos de 2012 e 2022 também há oscilações entre baixas, como a sequência de 2012 a 2016, 2019 e 2020, e anos de altas, como 2017, 2018, 2021 e 2022.

Ainda, é oportuno analisar os maiores volumes apresentados em algumas classificações. Nas importações argentinas por uso econômico provenientes do Brasil, os bens de capital (incluindo peças e acessórios) e os bens intermediários são os produtos brasileiros que mais possuem participação no total das operações. E nas exportações da Argentina para o Brasil, os anos iniciais da criação do Mercosul apresentaram maior incidência de operações de bens primários, sendo substituídos desde 1993 até o ano de 2022 pelas manufaturas de origem industrial.

Diante disso, com o objetivo de compreender mais sobre a evolução do perfil de comércio entre Brasil e Argentina serão analisadas as trocas a partir dos anos selecionados: 1995, 2010 e 2020. De acordo com os dados providos pelo Atlas da Complexidade (2023) baseados na classificação do Sistema Harmonizado (SH2), no ano de 1995 os capítulos com maior participação nas exportações brasileiras com destino a Argentina eram, 87 (veículos

automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios) com 18,51%, 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes) com 13,15%, 72 (ferro fundido, ferro e aço) com 6,03%, 39 (plásticos e suas obras) com 6,00%, e 29 (produtos químicos orgânicos) com 5,41%, em 2010 os produtos do capítulo 87 se tornaram 34,02%, seguidos pelo capítulo 84 que reduziu sua participação para 11,00%, 85 (máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios) e 26 (minérios, escórias e cinzas) que passaram a ter uma participação mais significativa com 8,30% e 4,84% respectivamente, e 39 que reduziu sua participação para 4,72% , já em 2020 há a diminuição de alguns percentuais - 87 com 33,35% e 84 com 9,80%, há o aumento do capítulo 39 com 6,50%, aparição do capítulo 48 (papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão) com 4,09%, e baixa do capítulo 85 com 4,00%.

No tocante às importações brasileiras de bens provenientes da Argentina, em 1995 os capítulos mais relevantes foram, 87 com 17,44%, 27 (combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais) com 14,02%, 11 (produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo) com 11,87%, 10 (cereais) com 8,33%, e 84 com 6,12% - destacando que metade de todo o volume das operações foi composto por bens de classificação agrícola, em 2010 o capítulo 87 passou a representar 43,16%, seguido por 27 e 10 - ambos com baixa para 9,16% e 6,94% respectivamente, 39 com 4,71%, e 84 com baixa para 4,06%, já no ano de 2020 ocorreu a diminuição do capítulo 87 para 27,26%, a aparição do capítulo 99 com 16,9%, 10 e 84 com aumento para 12,57% e 4,49% respectivamente, e 39 com diminuição para 3,86%.

Ainda sob o aspecto da classificação do Sistema Harmonizado (SH2), é pertinente mencionar o estudo de Sousa, Lucena e Vieira (2021) que traz dados e análises acerca das vantagens competitivas e composição da balança comercial entre Brasil e Argentina. Os autores escolhem os anos de 2000, 2005, 2010, 2015 e 2019, e expõem os valores obtidos por meio dos índices de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)⁵ - deve-se interpretar o resultado do índice levando em conta que se VCR apresentar um valor superior a 1 existe vantagem

⁵ David Ricardo propôs a Teoria das Vantagens comparativas no ano de 1817, defendendo que as nações têm o dever de buscar a especialização da produção dos bens portadores de vantagens comparativas e realizar a importação dos bens que possuírem custos de produção elevados. Baseado nesse pressuposto, Bela Balassa (1965 e 1977) formulou um indicador que obtivesse a vantagem comparativa revelada (VCR), com a meta de apresentar quais os setores do país escolhido para análise demonstram vantagem comparativa, assim, o esperado é que o volume no comércio internacional dessa nação explicita a eficiência produtiva interna relativa.

comparativa - e de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS)⁶ - se o resultado estiver entre 0 e 1 existe vantagem comparativa, se o resultado se igualar a 0 a produtividade média é similar às outras nações que realizam exportações, e se o resultado estiver entre 0 e -1 não existe vantagem competitiva na exportação - do Brasil em relação à Argentina.

Tabela 1 - Índice de Vantagem comparativa Revelada do Brasil em relação à Argentina (anos selecionados)

(continua)

| Código | Descrição SH2 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2019 |
|---------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 2 | Carnes e miudezas, comestíveis | 2,65 | 1,63 | 0,86 | 1,13 | 1,18 |
| 12 | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens | 6,33 | 4,13 | 1,46 | 1,77 | 2,12 |
| 21 | Preparações alimentícias diversas | 3,35 | 1,84 | 0,94 | 1,11 | 1,13 |
| 26 | Minérios, escórias e cinzas | 10,32 | 3,82 | 1,14 | 2,19 | 1,85 |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais | 0,14 | 0,07 | 0,03 | 0,06 | 0,08 |
| 28 | Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos | 5,06 | 3,12 | 1,5 | 2,47 | 3,33 |
| 29 | Produtos químicos orgânicos | 1,13 | 0,64 | 0,37 | 0,59 | 0,77 |
| 30 | Produtos farmacêuticos | 1,33 | 0,5 | 0,22 | 0,32 | 0,3 |
| 38 | Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo | 4,25 | 2,61 | 1,28 | 1,78 | 1,9 |
| 39 | Plásticos e suas obras | 2,9 | 1,67 | 0,94 | 1,3 | 1,71 |
| 40 | Borracha e suas obras | 6,15 | 3,5 | 1,65 | 2,61 | 3,27 |
| 48 | Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão | 3,43 | 2,59 | 1,67 | 2,81 | 3,6 |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 2,76 | 1,24 | 0,73 | 1,33 | 1,69 |
| 73 | Obras de ferro fundido, ferro ou aço | 1,31 | 0,68 | 0,38 | 0,51 | 0,76 |
| 74 | Cobre e suas obras | 3,26 | 1,72 | 0,68 | 1,34 | 1,57 |
| 76 | Alumínio e suas obras | 1,97 | 1,25 | 0,73 | 1 | 1,4 |

⁶ O Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica surge como uma crítica ao índice anterior - que não detém dimensões simétricas. O IVCRS foi teorizado por Laursen (2015) de maneira a ser uma variação linear que irá estar entre -1 e 1.

(conclusão)

| | | | | | | |
|-----------|--|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| 84 | Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes | 0,98 | 0,67 | 0,41 | 0,59 | 0,78 |
| 85 | Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios | 0,46 | 0,33 | 0,19 | 0,24 | 0,36 |
| 87 | Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios | 6,14 | 3,8 | 2,55 | 3,25 | 3,62 |
| 88 | Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes | 0,02 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |

Fonte: Sousa, Lucena, & Vieira (2021).

Tabela 2 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica do Brasil em relação à Argentina (anos selecionados)

(continua)

| Código | Descrição SH2 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2019 |
|---------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 2 | Carnes e miudezas, comestíveis | 0,45 | 0,24 | -0,08 | 0,06 | 0,08 |
| 12 | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens | 0,73 | 0,61 | 0,19 | 0,28 | 0,36 |
| 21 | Preparações alimentícias diversas | 0,54 | 0,3 | -0,03 | 0,05 | 0,06 |
| 26 | Minérios, escórias e cinzas | 0,82 | 0,59 | 0,07 | 0,37 | 0,3 |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais | -0,76 | -0,88 | -0,94 | -0,88 | -0,84 |
| 28 | Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos | 0,67 | 0,51 | 0,2 | 0,42 | 0,54 |
| 29 | Produtos químicos orgânicos | 0,06 | -0,22 | -0,46 | -0,26 | -0,13 |
| 30 | Produtos farmacêuticos | 0,14 | -0,33 | -0,63 | -0,52 | -0,54 |
| 38 | Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo | 0,62 | 0,45 | 0,12 | 0,28 | 0,31 |
| 39 | Plásticos e suas obras | 0,49 | 0,25 | -0,03 | 0,13 | 0,26 |
| 40 | Borracha e suas obras | 0,72 | 0,56 | 0,25 | 0,45 | 0,53 |
| 48 | Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão | 0,55 | 0,44 | 0,25 | 0,47 | 0,57 |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 0,47 | 0,11 | -0,16 | 0,14 | 0,26 |
| 73 | Obras de ferro fundido, ferro ou aço | 0,14 | -0,19 | -0,45 | -0,32 | -0,13 |

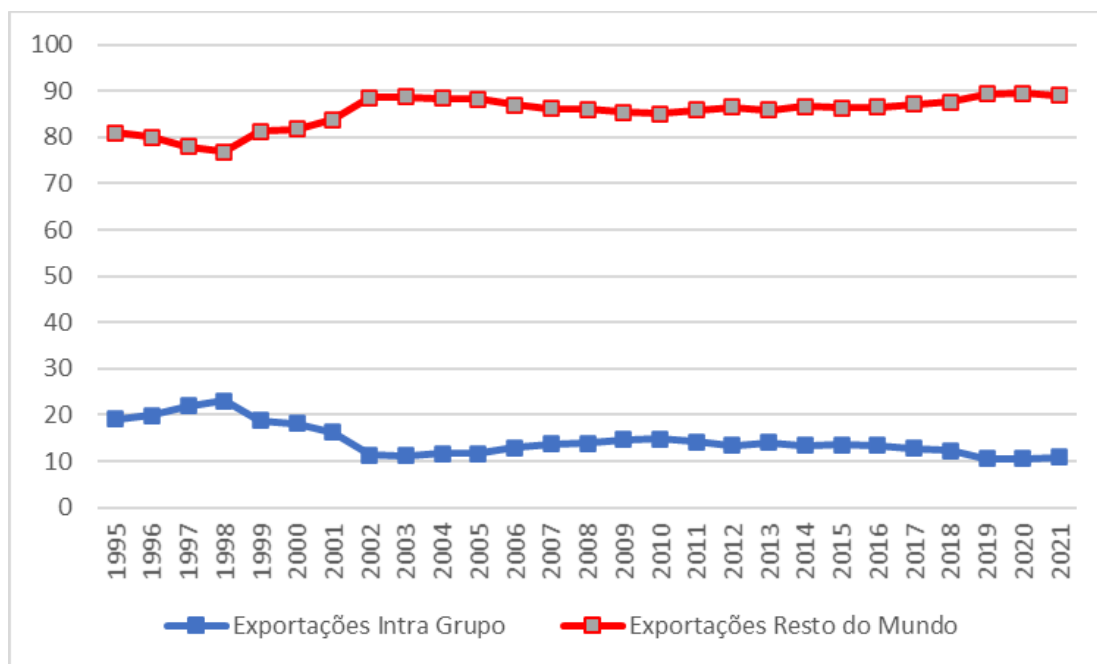
| | | (conclusão) | | | | |
|-----------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 74 | Cobre e suas obras | 0,53 | 0,27 | -0,19 | 0,14 | 0,22 |
| 76 | Alumínio e suas obras | 0,33 | 0,11 | -0,16 | 0 | 0,17 |
| 84 | Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes | -0,01 | -0,2 | -0,42 | -0,26 | -0,13 |
| 85 | Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios | -0,37 | -0,51 | -0,69 | -0,61 | -0,47 |
| 87 | Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios | 0,72 | 0,58 | 0,44 | 0,53 | 0,57 |
| 88 | Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes | -0,97 | -0,98 | -0,99 | -0,99 | -0,98 |

Fonte: Sousa, Lucena, & Vieira (2021).

Em relação às tabelas 1 e 2, analisando os dois indicadores combinados, o capítulo que mais se destaca novamente é o 87 (veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios). Além deste, alguns outros também são relevantes, o capítulo 48 (papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão) e o 40 (borracha e suas obras) são os que detêm mais participação relativa nas exportações brasileiras para a Argentina, bem como, o 26 (minérios, escórias e cinzas), o 28 (produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos); e 12 (sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens). Em adição a isso, os autores destacam a diminuição da competitividade dos produtos provenientes do Brasil ante o mercado da Argentina - os melhores índices foram apresentados em 2000, e nunca mais voltaram a atingir o mesmo nível (SOUSA, LUCENA, & VIEIRA, 2021).

Sob o aspecto do comércio intrabloco - levando em consideração que as trocas bilaterais de Brasil-Argentina representam grande parte do comércio realizado no Mercosul, alguns dados merecem ser destacados:

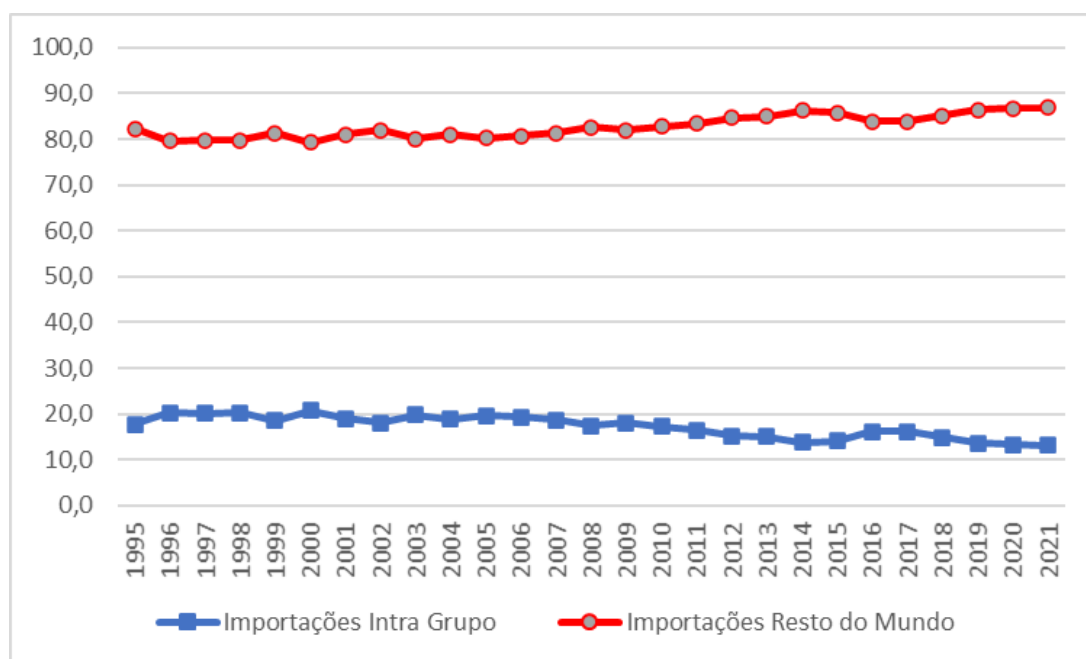
Figura 1 - Exportações do Mercosul Intrabloco e com o resto do mundo (1995 a 2021, em porcentagem de participação)



Elaboração própria com dados da UNCTAD (2023).

É possível visualizar que inicialmente as exportações intrabloco se tornaram mais significativas em detrimento dessa troca com o resto do mundo, no entanto, a partir do ano de 2002 há a queda do comércio dentro do Mercosul e o aumento das operações de exportação para o resto do mundo.

Figura 2 - Importações do Mercosul Intra Bloco e com o resto do mundo (1995 a 2021, em porcentagem de participação)



Elaboração própria com dados da UNCTAD (2023).

Sobre as operações de importação verifica-se um padrão similar, com a manutenção da participação das importações de bens provenientes do próprio bloco em torno de 19 a 20% e importações do resto do mundo em torno de 80 a 81% até o ano de 2007. Contudo, após esse período as operações de importação com o resto do mundo aumentaram, em detrimento das importações inseridas no âmbito do Mercosul - salvo nos anos de 2015 e 2016 em que ocorreu a respectiva diminuição e aumento (UNCTAD, 2023).

Portanto, por mais que os Estados membros - em especial nesse caso, Brasil e Argentina - tenham se comprometido com todos os pressupostos presentes no Tratado de Assunção, é visto que a evolução do comércio entre os países tomou outra direção. O primeiro ponto a ser destacado é que os fluxos entre os países demonstram inconstância - com períodos de altas e baixas, havendo um progresso após a criação do Mercosul e tendo o ano de 2011 como marco de maior volume de trocas realizadas. O comércio bilateral é realizado mesmo que os dois sejam dotados de fatores semelhantes, pois, com relação às mercadorias intercambiadas é destacado o capítulo 87 do SH2 - os bens dessa classificação foram os mais relevantes nas importações e exportações dos dois países nos anos observados, ressaltando que inicialmente as exportações brasileiras para o mercado argentino estavam concentradas principalmente nos capítulos 87, 84 e 85, mas passa a haver um aumento de outras mercadorias - pertencentes aos capítulos 39, 48 e 26, no entanto, o Brasil exporta para a Argentina fundamentalmente produtos de maior valor agregado. Sobre as importações brasileiras, originalmente cerca de metade de todas as operações foi composta por bens de origem agrícola, em 2010 houve um aumento considerável de produtos do capítulo 87, com posterior declínio do mesmo em 2020 e alta no capítulo 10. A respeito dos resultados do IVCR e do IVCRS, demonstra-se uma diminuição, ao longo dos anos, da competitividade dos produtos brasileiros no mercado da Argentina - salvo nos anos de 2015 e 2019 onde houve aumento dos índices - destacando os capítulos 28, 40, 48 e 74, os melhores resultados de competitividade foram apresentados em 2000, e nunca mais voltaram a atingir o mesmo nível. Diante disso, infere-se que nos anos iniciais do Mercosul o comércio intrabloco apresentou melhores resultados, havendo preços mais competitivos, após os anos de 2001 e 2002 as exportações e importações com o resto do mundo cresceram - em detrimento das operações intra bloco - e permanecem dessa maneira.

3.2 ASCENSÃO CHINESA E SEUS EFEITOS NA AMÉRICA DO SUL

Depois de muitos anos de isolamento e desalinhamento com o sistema financeiro e econômico internacional, a economia da China tomou um rumo de ascensão. Diante disso, pode-se atribuir uma série de causas, sendo as principais:

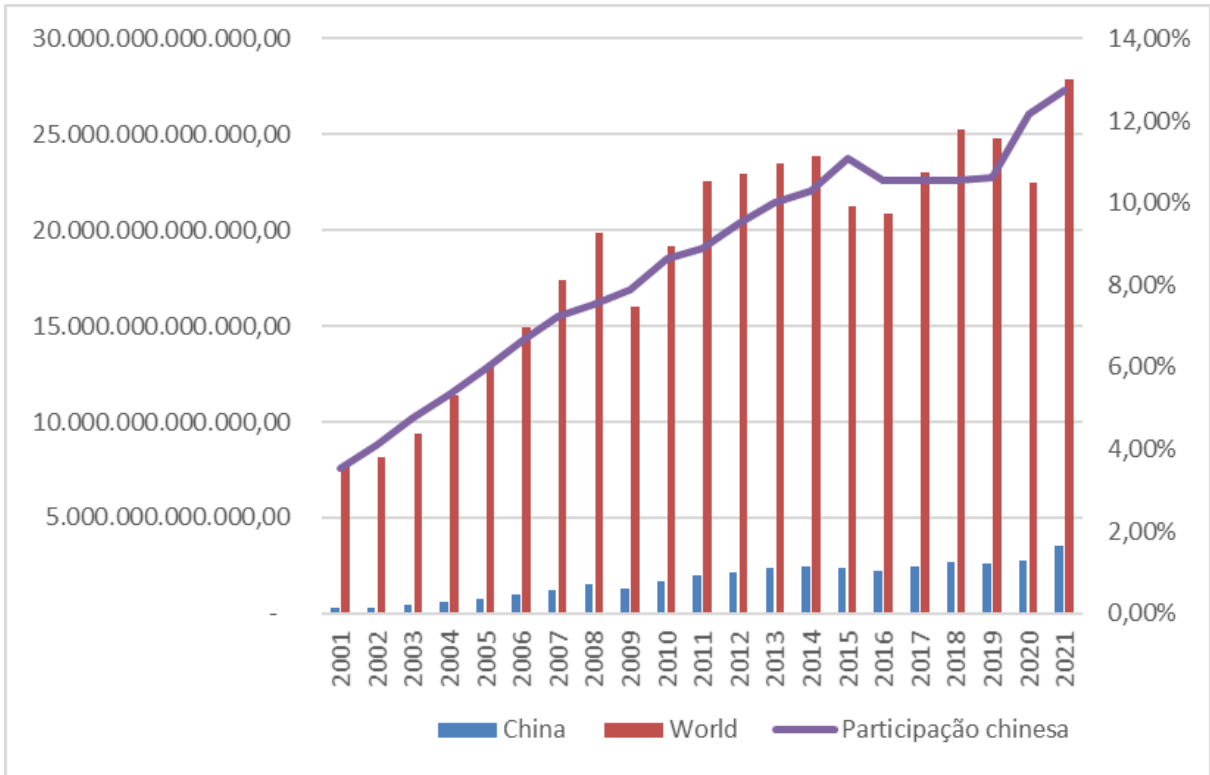
[...] a liberalização do comércio exterior, após 1978; o início do processo de liberalização do sistema de formação de preços, em 1979; a criação das Zonas Econômicas Especiais, em 1980; a concessão de subsídios e demais incentivos governamentais à produção e à exportação; o grande contingente de mão-de-obra rural com baixa produtividade; o aumento importante da população chinesa, favorecendo o surgimento de economias de escala na maior parte das indústrias; o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos; o controle estatal sobre a taxa de câmbio; as políticas de incentivo à inovação e à transformação de ciência e tecnologia vinculadas aos incentivos a investidores estrangeiros; a ausência de proteção à propriedade intelectual, entre outros (BENATTI, 2011, p.219).

Com o final da Guerra Fria o governo chinês passa a buscar o aumento da sua influência no sistema internacional. Os maiores interesses eram de caráter geopolítico, com foco nos países subdesenvolvidos - que detivessem recursos naturais, terras disponíveis para o cultivo agrícola e matérias-primas. Mas com relação a sua situação interna, é notável que a China logrou aprimorar seus processos produtivos, apresentando grande competitividade em seu setor industrial. Competitividade esta que é gerada pela força de trabalho barata, pelos incentivos fiscais a investimentos externos e a produção destinada à exportação - bem como a gestão dos impostos nesse tipo de operações, que prevê a devolução e a taxa cambial que é relativamente estável e também favorece, entre outras razões.

No ano de 2001 o país obteve aprovação para ingresso na OMC, tornando seu mercado ainda mais competitivo. Ao ingressar na organização, a China se comprometeu a abrir seus mercados para que suas operações econômicas estivessem mais alinhadas às características gerais daquelas economias e países que já faziam parte do sistema multilateral de comércio.

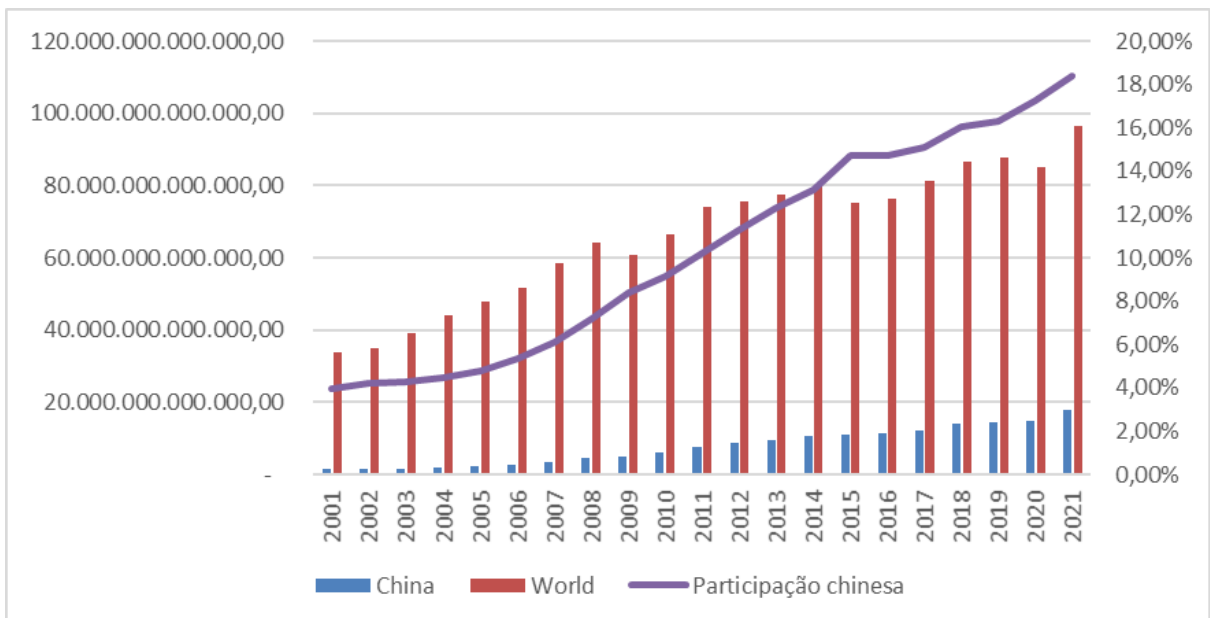
A partir deste ano de ingresso na OMC foi possível observar mais claramente a ascensão chinesa. No ano de 2009 o país tornou-se o maior exportador mundial, e seu PIB que era de 3,98% em 2001, passou a representar 18,37% de toda a riqueza produzida no mundo em 2021, de acordo com dados do Banco Mundial (2023).

Figura 3 - Evolução das Exportações de bens e serviços (US\$ corrente) - China, Mundo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial (2023).

Figura 4 - Evolução do PIB (US\$ corrente) - China, Mundo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial (2023).

Estes resultados significativos de expansão econômica da China - impulsionados principalmente pelas exportações de bens manufaturados e competitividade - impactaram em diversas economias do sistema internacional. O Mercosul não escapou das repercussões, e

estabeleceu tratados comerciais com o país - tendo o objetivo de atrair investimentos e obter ganhos mútuos, já os chineses inicialmente olham para o continente sul-americano com intuito de desenvolver mais acordos comerciais e diversificar seus parceiros.

No que diz respeito aos investimentos do Estado chinês nos países sul-americanos é possível observar um padrão de orientação. A maioria dos Investimentos Externos Diretos provenientes da China se destinam aos setores de maior demanda do país, como a exploração de recursos naturais, minérios, soja, petróleo, entre outros (VADELL, 2011). Assim, a nação atua em prol de garantir esses insumos, que poderão vir a se tornar insuficientes, para suprir as demandas no futuro - tendo em vista seu crescimento acelerado (MENDES et al, 2019; ROLO, 2013). Pode ser observado abaixo os principais capítulos do SH2 exportados do Mercosul para o país:

Tabela 3 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2001, capítulos com maior participação)

| SH2 | Descrição | Participação |
|-----|---|--------------|
| 12 | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens | 43,54% |
| 26 | Minérios, escórias e cinzas | 15,64% |
| 41 | Peles, exceto as peles com pelo, e couros | 5,81% |
| 47 | Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas). | 4,26% |
| 87 | Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios | 3,92% |
| 51 | Lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina | 3,39% |
| 84 | Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes | 2,92% |
| 88 | Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes | 2,60% |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 2,10% |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais | 2,03% |

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (SECEM) (2023).

Tabela 4 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2010, capítulos com maior participação)

| SH2 | Descrição | Participação |
|-----|---|--------------|
| 26 | Minérios, escórias e cinzas | 36,85% |
| 12 | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens | 30,85% |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais | 12,78% |
| 15 | Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal | 3,16% |
| 47 | Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas). | 3,13% |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 1,53% |
| 41 | Peles, exceto as peles com pelo, e couros | 1,46% |
| 17 | Açúcares e produtos de confeitaria | 1,40% |
| 24 | Tabaco e seus sucedâneos manufaturados | 1,08% |
| 88 | Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes | 1,02% |

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (SECEM) (2023).

Tabela 5 - Exportações de bens do Mercosul para a China de acordo com os capítulos do SH2 (participações percentuais, ano selecionado 2022, capítulos com maior participação)

| SH2 | Descrição | Participação |
|-----|---|--------------|
| 12 | Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens | 35,07% |
| 26 | Minérios, escórias e cinzas | 18,78% |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais | 17,01% |
| 2 | Carnes e miudezas, comestíveis | 14,56% |
| 47 | Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas). | 3,33% |
| 17 | Açúcares e produtos de confeitaria | 1,69% |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 1,45% |
| 10 | Cereais | 1,43% |
| 52 | Algodão | 1,08% |
| 15 | Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal | 0,94% |

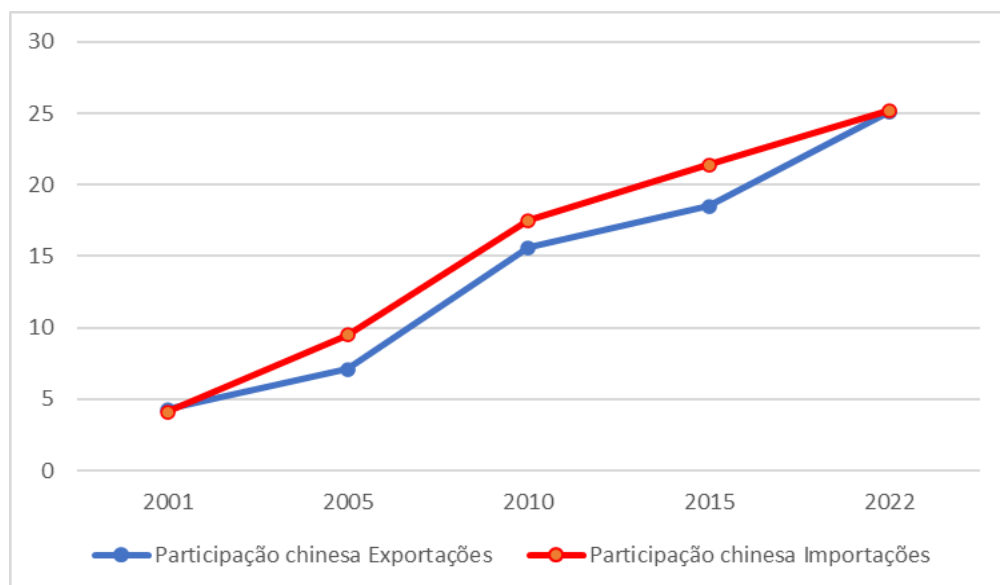
Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (SECEM) (2023).

Isso posto, observa-se que o relacionamento chinês com o Mercosul é usado principalmente para obtenção dos produtos primários, referentes aos capítulos 12 (sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens), e 26 (minérios, escórias e cinzas) desde a entrada da China na OMC até a contemporaneidade.

Dentro desse relacionamento deve-se mencionar que a China também passou a ser um grande provedor para os países membros do Mercosul. Dentro do bloco, a nação ocupa o papel de principal origem das importações realizadas - com participação de 25,2% no total dessas operações realizadas no ano de 2022 (SECEM, 2023), posição essa que foi conquistada ultrapassando os Estados Unidos após a crise de 2008. No entanto, os capítulos com maior participação no total das importações foram, respectivamente: 85 (máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios) com 29%, 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes) com 16%, 29 (produtos químicos orgânicos) com 12%, 38 (produtos diversos das indústrias químicas) com 4,6%, e 87 (veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios) com 3,7%.

Em termos de evolução da participação da China no comércio do Mercosul, destaca-se o percentual de participação nas exportações e importações do bloco:

Figura 5 - Exportações e Importações de bens Mercosul-China (participações percentuais, anos selecionados 2001, 2005, 2010, 2015, e 2022)



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (SECEM) (2023).

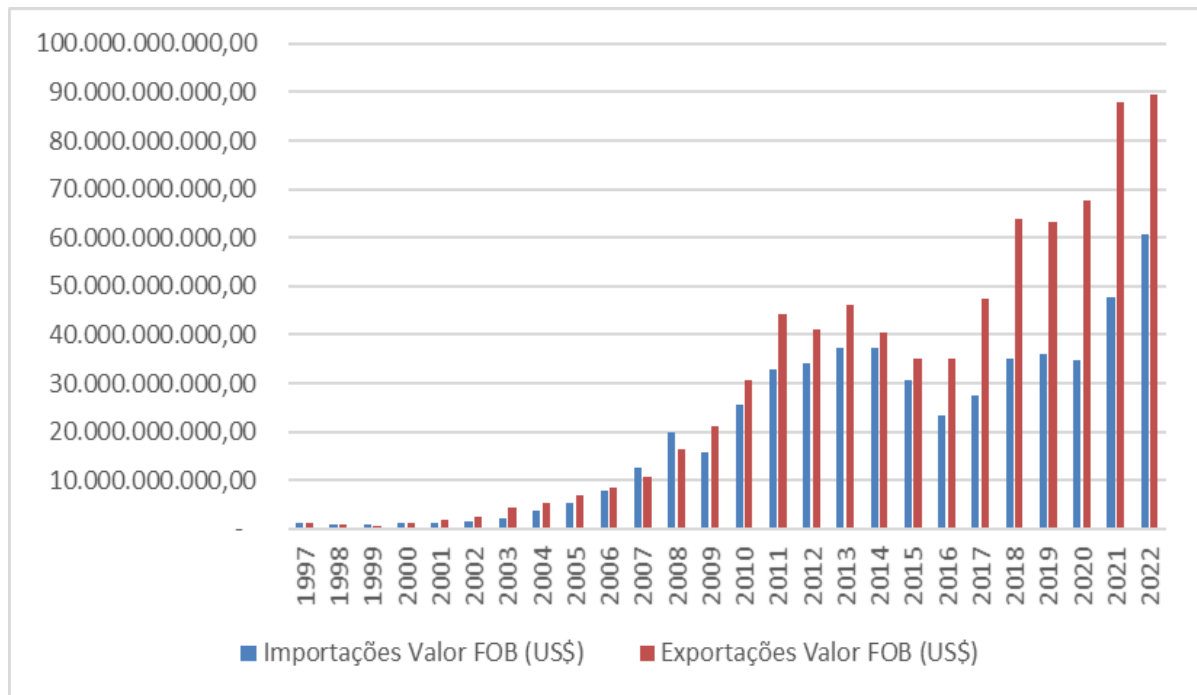
É possível observar um aumento significativo da relevância do país nas operações comerciais do bloco. A China busca cada vez mais aproximação guiando-se pelo princípio da “diversificação” das parcerias, no entanto, a América Latina não se configura como protagonista na agenda do país, ainda que em 2008 o governo da nação asiática tenha sido alvo do documento “*China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean*”, que explicitava os planos comerciais e de investimentos na região. Segundo Pini (2015), são especialmente esses interesses comerciais e econômicos que guiam os chineses para a manutenção do relacionamento com os países da região de maneira estável, em prol da manutenção e aumento dos fluxos comerciais.

Portanto, nessa seção foi possível verificar que houve um aumento progressivo da participação chinesa nas operações comerciais do Mercosul, bem como que os bens chineses importados pelos países do bloco são em maior parte manufaturas, enquanto as exportações do bloco se caracterizam por ser, em sua maioria, de bens primários. Contudo, o país não deve ser visto somente como mercado para bens primários, ou como exportador de produtos de baixa qualidade.

3.2.1 Relação comercial Brasil-China

Brasil e China tiveram suas relações comerciais iniciadas desde a abertura chinesa nos anos 1990, tendo se intensificado após a crise de 2008, e evoluindo constantemente. Se considerarmos o período compreendido entre os anos de 1997 a 2022 as importações do Brasil de produtos chineses aumentaram em média 20,43% ao ano, e as exportações 22,43% ao ano. Do ano de 1997 a 2001 a participação da China como principal destino das exportações brasileiras foi em média 2,10% ao ano, já de 2002 até 2022 a média de participação chinesa no total das exportações passou a ser de 16,78% ao ano, esse aumento inicial se deve ao ingresso da China na OMC (ME, 2023). No entanto, ocorreu um declínio iniciado em 2014 que persistiu até 2016, e se deu em decorrência da combinação de alguns fatores, como: a desaceleração da economia chinesa no período, a queda no valor das commodities, a situação política e econômica interna do Brasil, e a adoção de medidas protecionistas entre os países.

Figura 6 - Importações e Exportações Brasil-China de 1997 a 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério da Economia (2023).

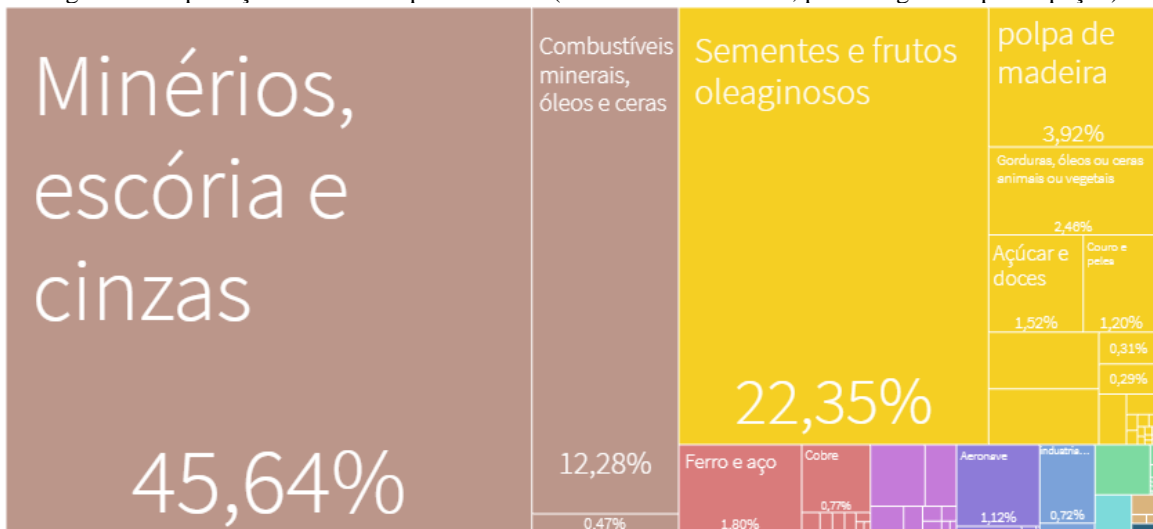
Conforme observado na Figura 6, a partir de 2017 observa-se a retomada das transações comerciais entre Brasil e China. Pode-se elencar algumas razões para isso: a recuperação da situação econômica das duas nações, o aumento da demanda chinesa por produtos brasileiros e consequentemente o aumento dos investimentos chineses no Brasil, o fortalecimento das relações bilaterais - com encontros de alto nível, e assinaturas de acordos comerciais, e o âmbito do BRICS (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) - que visa diversificar as parcerias e diminuir as barreiras comerciais). Assim, o comércio bilateral Brasil-China cresceu, sendo oportuno entender a evolução de quais foram as principais mercadorias transacionadas entre os países.

Figura 7 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 1995, porcentagem de participação)



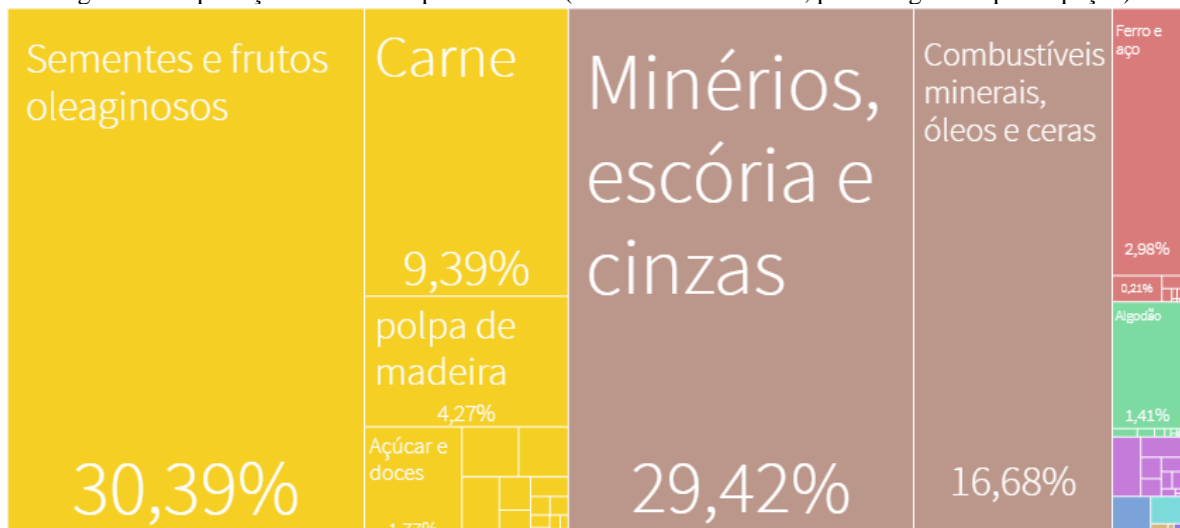
Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Figura 8 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 2010, porcentagem de participação)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

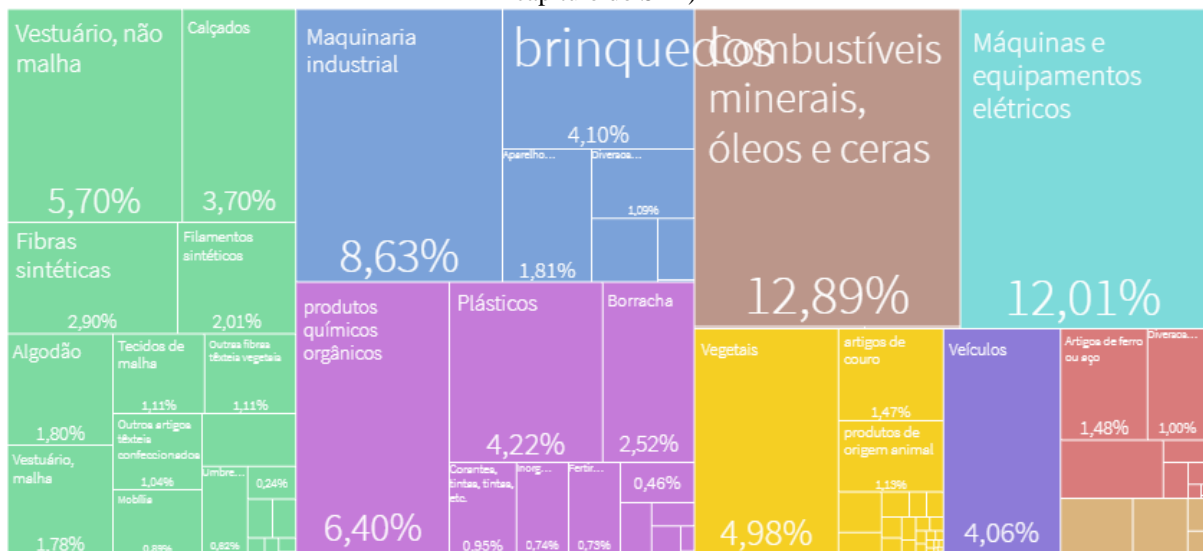
Figura 9 - Exportações brasileiras para a China (ano selecionado 2020, porcentagem de participação)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

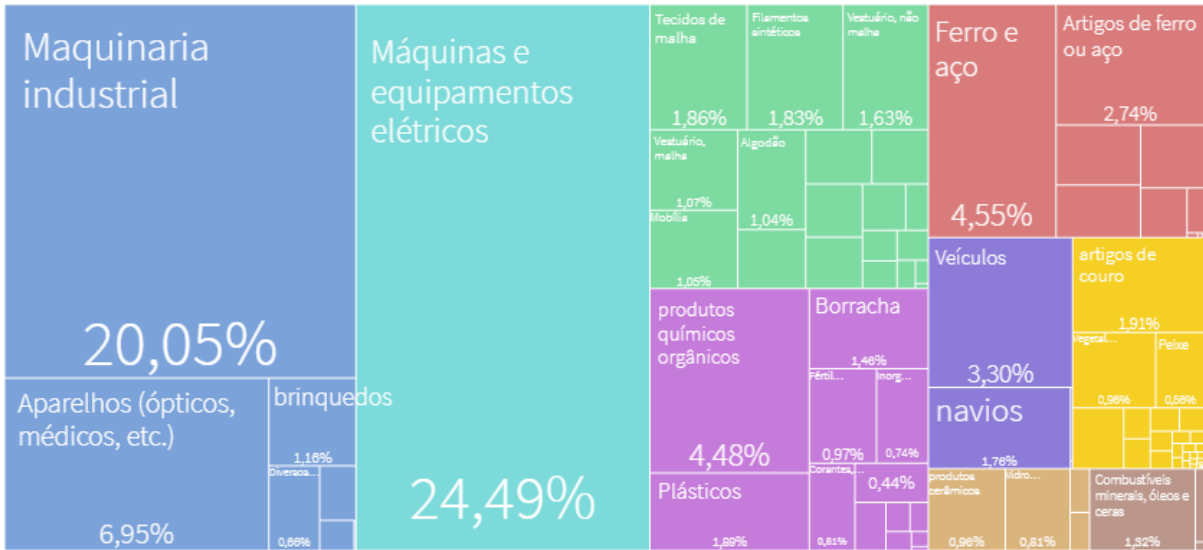
Diante disto, com relação às exportações brasileiras com destino a China é possível observar que a participação de alguns capítulos foram sofrendo alterações ao longo do tempo. De acordo com os dados providos pelo Atlas da Complexidade (2023), no ano de 1995 os capítulos com maior participação foram 15 com 42,29%, 26 com 13,22%, 17 com 9,29%, 72 com 9,04%, 87 com 5,00%, e 84 com 4,43% - destacando que os bens provenientes da agricultura (área amarela da figura 7) representaram aproximadamente 56% de todas as operações. Em 2010 o capítulo 26 passa a representar 45,64%, o capítulo 12 se torna relevante com 22,35%, seguido por 27 com 12,28%, 47 com 3,92% e o capítulo 15 - que costumava ter a maior participação em 1995, passa a representar somente 2,46%, neste ano os bens de origem mineral (área marrom da figura 8) se tornam 58,31% de todas as exportações, sendo seguido pelos bens provenientes da agricultura com 34,53%. Já no ano de 2020, os capítulos 12 e 26 se tornam os principais bens exportados com 30,39% e 29,42%, bem como os seus setores, que passaram a dominar a agenda das importações chinesas provenientes do Brasil, os bens agrícolas representaram 47,78% e os minérios 46,30%, juntos esses agregados representam 94,08% de todas as operações de exportação realizadas.

Figura 10 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



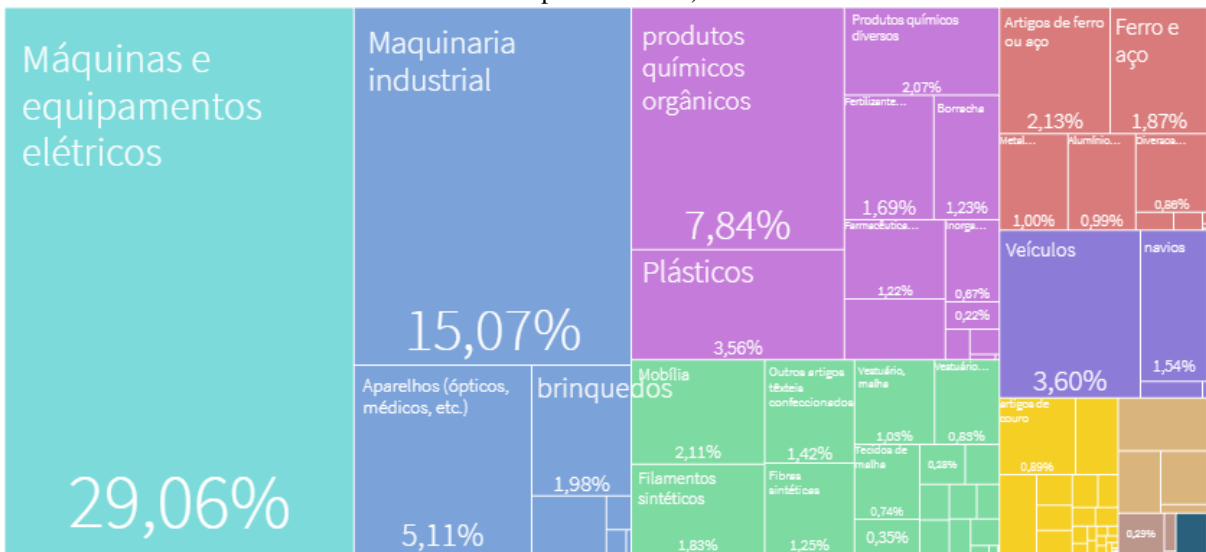
Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Figura 11 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 2010, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Figura 12 - Importações brasileiras de origem chinesa (ano selecionado 2020, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Com relação às importações brasileiras de produtos chineses, elas também sofreram modificações ao longo dos anos. Em 1995 a pauta de importações era mais diversificada, sendo os setores com mais participação o de minerais, eletrônicos, têxteis, máquinas e produtos químicos. Já nos anos de 2010 e 2020 os setores de máquinas e de eletrônicos passaram a representar mais de 50% no total das importações em ambos os anos.

Isso posto, há uma similaridade no padrão das operações de trocas do Mercosul-China e do Brasil-China. De acordo com o SH2, os produtos chineses importados pelo Brasil são em maior parte manufaturas, produtos com maior valor agregado, enquanto as exportações com destino à China se caracterizam por ser em sua maioria, de bens primários, grãos, minérios,

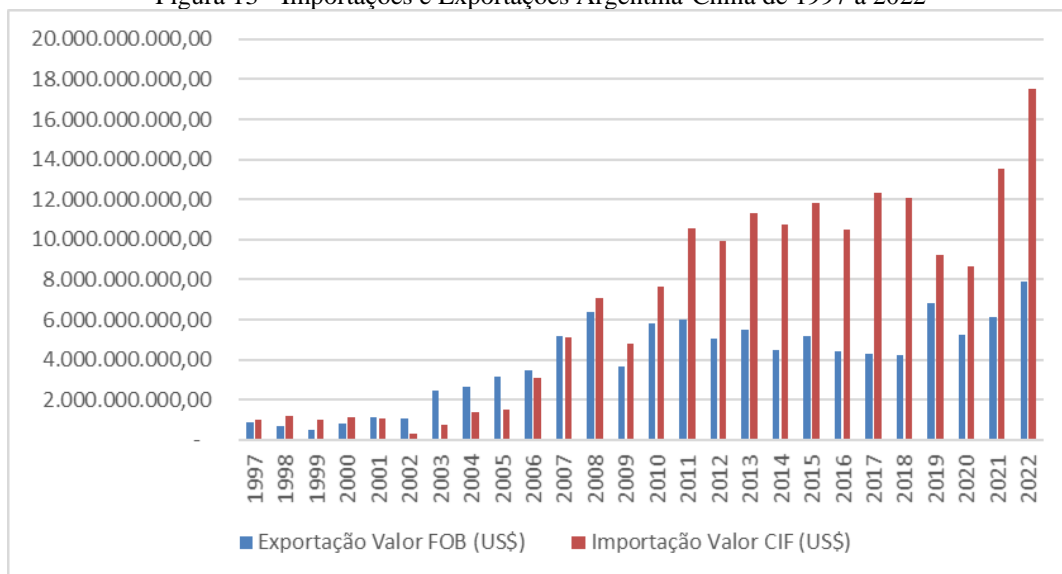
combustíveis, carnes, algodão, gorduras, entre outros. Assim, essa relação da China com o Brasil - em seu perfil de país fornecedor de matérias-primas e recursos naturais, há relação de complementaridade no desenvolvimento. Na próxima seção será feita análise similar considerando a relação comercial Argentina-China.

3.2.2 Relação comercial Argentina-China

Conforme abordado na segunda parte do capítulo, a China teve um crescimento considerável após a Guerra Fria, se tornando uma grande potência e entrando para a OMC. Toda essa ascensão causou efeitos em todo o Sistema Internacional, impactando na América do Sul, no Brasil e também na Argentina. A origem do estreitamento da relação entre Argentina e China coincide com diversas mudanças internas e com a política de conversibilidade (1991-2002) falhando no país sul-americano, no entanto, havia uma demanda da nação asiática por matérias-primas (OVIEDO, 2015).

Se considerarmos o período compreendido entre os anos de 1997 a 2022 as importações da Argentina de produtos chineses aumentaram em média 12,22% ao ano, e as exportações 6,90% ao ano. Do ano de 1997 a 2002 a ocorrência da China como principal destino das exportações argentinas foi em média 3,26% ao ano, já de 2003 até 2022 a média de participação chinesa no total das exportações passou a ser de 8,00% ao ano. Porém, por mais que possa ser observada uma média de crescimento anual positiva, houveram períodos de alta e baixa nas transações entre os países.

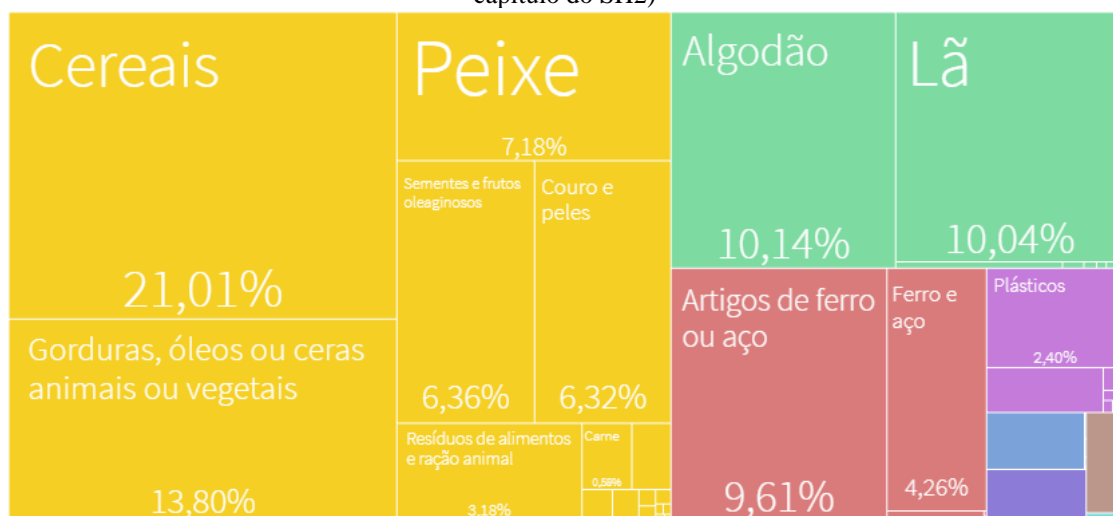
Figura 13 - Importações e Exportações Argentina-China de 1997 a 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do UN Comtrade (2023).

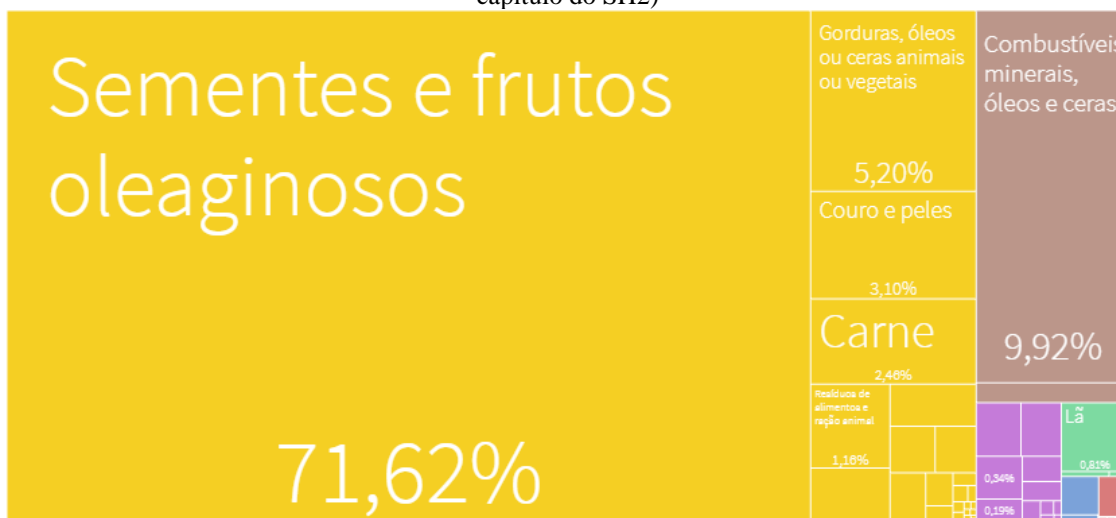
Estas variações podem ser atribuídas a certos fatores, alguns já tendo sido citados, como a desaceleração da economia chinesa - iniciada em 2014, a queda no valor das commodities, a instabilidade da política e economia interna da Argentina - sendo a flutuação econômica persistente até os dias atuais, tudo isso impactou na relação bilateral Argentina-China. Diante desses períodos de alta e baixa é oportuno entender quais foram as principais mercadorias transacionadas entre os países.

Figura 14 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



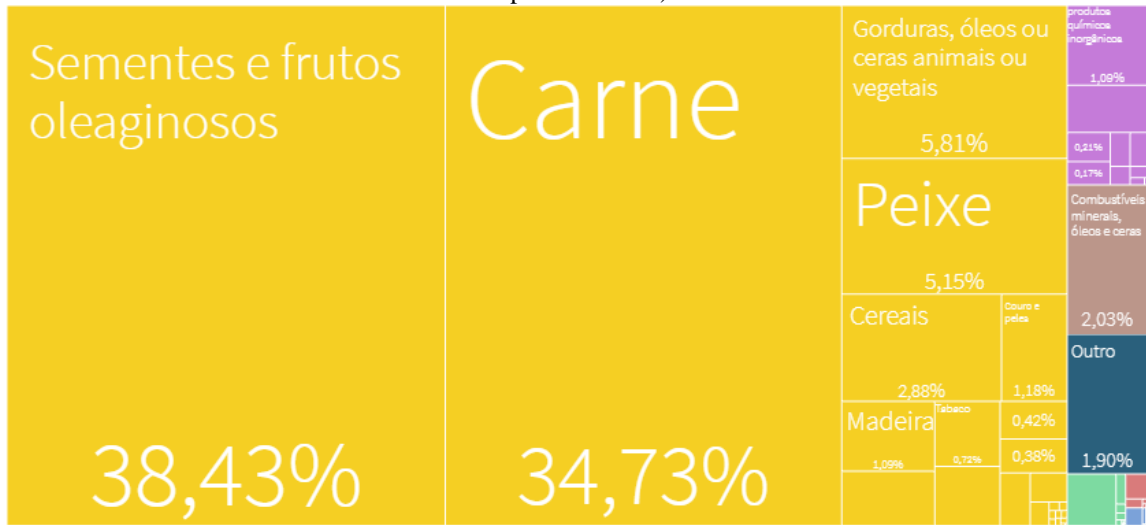
Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Figura 15 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 2010, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023)

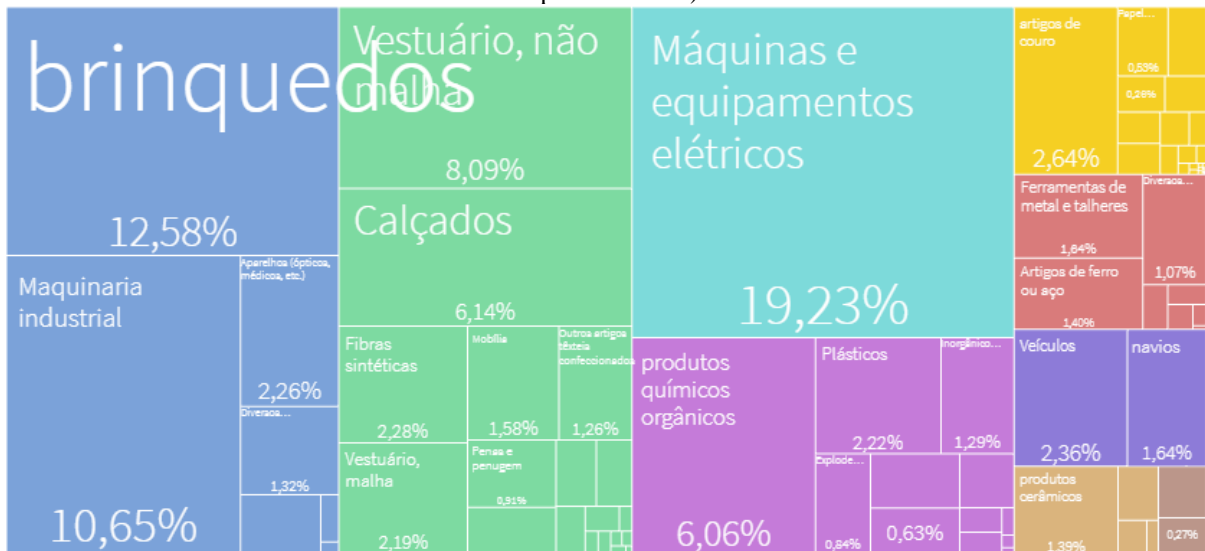
Figura 16 - Exportações argentinas para a China (ano selecionado 2020, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

Com base nas figuras apresentadas verifica-se que a participação de alguns capítulos foram sofrendo alterações ao longo do tempo. No entanto, desde o ano de 1995 os bens provenientes da agricultura (área amarela das figuras 14, 15 e 16) representavam mais do que a metade de todas as exportações argentinas realizadas, havendo um aumento progressivo da participação do setor no total das operações ao longo dos anos.

Figura 17 - Importações argentinas de origem chinesa (ano selecionado 1995, porcentagem de participação por capítulo do SH2)



Fonte: Atlas da Complexidade (2023).

com nichos de exportação industrial e compra de manufaturas. Apresentando assim a mesma relação de complementaridade entre a Argentina e as demandas chinesas.

Desse modo, na primeira seção do capítulo constatou-se que as operações comerciais de importação e exportação entre Brasil e Argentina tiveram seus períodos de alta e de baixa, mesmo após a criação do Mercosul - cada nação sofreu impactos provenientes do Sistema Internacional que abalaram ou aprofundaram os fluxos de comércio entre eles. Sobre as principais características desses fluxos, pode-se destacar que as exportações do Brasil para a Argentina são, em sua maioria, de bens com mais valor agregado, destacando o capítulo 87(veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios), que é o que deteve mais participação no total das operações. No entanto, aparenta haver uma diminuição na competitividade dos bens das categorias mencionadas ao longo do tempo, o que pode ter afetado o comércio intra bloco, bem como, o aumento da relevância de novos atores na relação bilateral.

Diante disso, a segunda seção se dedica à ascensão chinesa na América do Sul, mais especificamente no que se refere ao Mercosul e nas relações bilaterais com Brasil e Argentina. O desenvolvimento e o aumento da relevância da China a partir do início do século XXI foi um dos acontecimentos mais importantes da contemporaneidade, tendo a nação apresentado crescente presença nos mercados internacionais - principalmente nos de manufaturas. Com relação aos fluxos comerciais Mercosul-China, Brasil-China e Argentina-China, verificou-se um padrão nas trocas: o bloco e os dois países sul-americanos se apresentam como provedores de matérias-primas ao modelo de produção chinês e compradores de manufaturas do país asiático. Isso posto, a China é a principal parceira comercial do Brasil, e a segunda maior parceira comercial da Argentina, realçando que as relações ocorrem em sua maioria através da complementaridade que há entre as nações e as demandas chinesas, atribuindo um caráter de grande importância ao padrão comercial da relação.

Logo, o próximo capítulo buscará sintetizar as informações teóricas, históricas e comerciais vistas até o presente momento, explorando qual a relevância do comércio entre Brasil e Argentina em termos de integração do Mercosul, além de como esse processo tem sido afetado pela influência das relações comerciais do bloco com a China.

4 COMÉRCIO COMO VETOR: (DES)INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL?

Esse capítulo buscará sintetizar as informações teóricas - acerca da Integração Regional, históricas e comerciais vistas até o presente momento. Para isso, na primeira seção são analisados alguns aspectos referentes às transições de perfil de integração - do Regionalismo Aberto e Pós-Hegemônico, além de avaliar pontos que se destacam no Tratado de Assunção frente a situação da contemporaneidade. Na segunda seção foram abordadas mais profundamente as consequências da ascensão chinesa na América Latina, especialmente na relação bilateral Brasil-Argentina - com foco em fatores de competitividade, especialização, e reprimarização da pauta exportadora do Mercosul. Na terceira e última seção do capítulo ficam explícitas as incoerências e desequilíbrios no processo integrativo do Mercosul, bem como as consequências negativas do aumento da participação chinesa na região, no Brasil e na Argentina.

4.1 TRANSIÇÕES DE PERFIL INTEGRATIVO

No primeiro capítulo foram introduzidos os aspectos teóricos referentes às teorias de Integração Regional das Relações Internacionais e o histórico de criação do Mercosul, sob esse aspecto, é oportuno retomarmos algumas ideias. O acordo constitutivo do mercado comum, o Tratado de Assunção (1991), formaliza a aspiração dos países signatários - constituindo dessa forma um projeto de integração regional liderado por Estados - de que o mecanismo incluísse a coordenação de políticas macroeconômicas e comerciais entre eles, contudo, esse objetivo nunca foi alcançado. Diante disso, ressalta-se que a diferença nas estratégias de desenvolvimento e inserção na região foram fatores limitantes nesse sentido desde o final da década de 1990, ademais, do enfraquecimento das relações bilaterais Brasil-Argentina devido a divergências na gestão política das relações comerciais entre eles (ZELICOVICH, 2020).

Tendo em conta os aspectos econômicos nas quatro etapas da integração econômica entre as nações de Balassa (1969), na gestão da política comercial Brasil-Argentina, um ponto central é ocupado pela Tarifa Externa Comum (TEC). A TEC é uma característica marcante de uma união aduaneira - segunda etapa de integração proposta pelo autor, e apresenta diversas exceções no caso do Mercosul, sendo um objeto de negociação permanente. Inicialmente, a TEC foi instituída com base nos interesses brasileiros e fora concebida como um mecanismo que permitia igualdade de condições entre os países membros do bloco, pois, se entendia que se algumas nações pudessem importar insumos e matérias-primas com taxas mais baixas (ou seja, sem TEC), dessa maneira os produtos chegariam a preços mais competitivos que os demais

(ABREU, FLORÊNCIO, 2015). Além disso, a TEC garantiu a margem de preferência regional e fortaleceu a capacidade de negociação do bloco com terceiros. Mas, com o passar do tempo, a convergência de interesses em torno da tarifa foi se diluindo, e as exceções e desvios da TEC aumentaram, praticamente um desrespeito ao Artigo 5 do tratado constituinte. Assim, ante fracos avanços na esfera da integração econômica, o efeito de *spillover* na arena política também se demonstrou enfraquecido.

De acordo com Malamud, embasado pelas ideias de Mattli (1999), os fatores de demanda influenciam o desenvolvimento de um processo de integração regional - que são impulsionados por atores transnacionais como resultado da interdependência, fatores de oferta - que geralmente respondem à liderança do Estado e fatores de inércia - relacionados com a dinâmica e capacidades das instituições que congelam pré-condições de procura ou oferta (MALAMUD, 2012). No Mercosul, os fatores de oferta tendem a ser mais relevantes do que os fatores de demanda para explicar a criação do processo de integração e sua dinâmica (MALAMUD, 2008), embora isso não diminua a relevância do comércio como variável. As relações comerciais bilaterais fazem parte dos fatores de demanda, que em um segundo momento contribuem para o entendimento da sistemática da região.

Nesse sentido, retorna-se para o princípio: o Mercosul surge no período de transição para o novo regionalismo, com a reestruturação das economias regionais - e das políticas nacionais. Na década de 1990 os processos de integração eram regidos com base na abertura comercial unilateral entre os países da América Latina e do resto do mundo, em prol de aprofundar o desenvolvimento através do incentivo e viabilização do livre mercado. No ano de 1989, baseando-se nos ideais liberais é realizado o Consenso de Washington, que visava melhorar a inserção internacional dos Estados, bem como, de atores não estatais - marcado pelo cenário multipolar do Sistema Internacional. Isso posto, as economias do continente passam a adotar diferentes políticas, sociais, econômicas e comerciais (CAVALCANTI, 2019).

Conforme visto na seção 2.3 do primeiro capítulo a primeira década do bloco foi regida de acordo com os princípios do Regionalismo Aberto Cepalino, em prol do fortalecimento e aumento da competitividade internacional (GONÇALVES, 1999). O Tratado de Assunção em seu texto abre margem para diferentes interpretações, é formalizada a necessidade de ampliação dos mercados nacionais por meio da integração, em vista de obter-se desenvolvimento econômico (BRASIL, 1991), essa centralidade nas economias nacionais pode ser associada aos pressupostos do velho regionalismo, com caráter protecionista, ocasionando o “desvio de comércio”. Esse rumo é validado pelos artigos 1 (prevendo a promoção do livre comércio entre os países membros e o estabelecimento da TEC - consolidando a integração como um

mecanismo de favorecimento dos participantes) e 4 (prevendo equidade nas condições comerciais, vetando práticas de dumping, subsídios e quaisquer outras práticas em desacordo), nesse sentido, algumas análises defendem que existia um perfil protecionista - por conta da TEC - frente um ambiente externo, com liberalização do comércio intrabloco, buscando ter em conta: “[...] a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;” (BRASIL, 1991, p. 1), porém, não há definição sobre como seria feita essa inserção, e nem o que a caracterizaria como adequada. Fica o questionamento se o regionalismo deveria fortalecer o mercado para enfrentar os desafios da globalização ou se atuaria como um mecanismo de inserção no livre comércio do cenário internacional. A realidade é que o bloco foi utilizado como estratégia para a segunda suposição, que acabou por ser prejudicial para as economias dos países da América do Sul no processo de integração nos anos 1990 (CAVALCANTI, 2019).

Já a partir do princípio do século XXI, com a ascensão de novos governos, emerge o Regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico que se caracteriza pelo rompimento com as políticas econômicas neoliberais e projetos que abarcassem mais intensamente a arena política. Para Lockhart (2013) o Regionalismo pós-liberal é tido como proposta contrária ao Regionalismo Aberto e às políticas neoliberais, valorizando o Estado como ator guia em direção ao processo de integração - e o estabelecimento da esfera política como central. Já de acordo com Rigiroszi (2012), o Regionalismo pós-hegemônico tem um viés de contestação ao neoliberalismo e a hegemonia americana, se contrapondo ao Regionalismo Aberto - que buscava defesa ante a globalização e as dinâmicas após a Guerra Fria (LOCKHART, 2013; RIGIROZZI, 2012). Estima-se que a mudança para esses paradigmas tenha ocorrido diante de alguns acontecimentos: no ano de 2003, com o Consenso de Buenos Aires assinado por Luiz Ignácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, o final das tratativas do projeto da ALCA, e no ano de 2006, com a formação das bases do projeto da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

Ante o exposto, as características do governo de Lula - sendo seus dois mandatos - passam a se alinhar ao Regionalismo pós-hegemônico. O Mercosul é palco do fortalecimento da aliança estratégica Brasil-Argentina, além de haver um aumento das relações comerciais com os países do continente. O governo brasileiro buscou formar um espaço econômico unificado - calcado no livre comércio, no entanto, esse processo se dá com base no Estado como um impulsionador da integração (CAVALCANTI, 2019). Nesse sentido, o relacionamento bilateral evoluiu para uma visão mútua de parceria estratégica na construção e consolidação do

bloco, havendo constância do comércio entre os dois países no período de 2004 a 2010 - salvo o ano de 2009.

No governo de Dilma Rousseff houve a manutenção do perfil de integração pós-hegemônico. Contudo, em face à crise de 2008, o Mercosul passou a ser alvo de críticas de alguns setores do empresariado brasileiro, pois o bloco era visto como um obstáculo - o país não podia firmar acordos comerciais de segunda geração (por conta da obrigação dos países membros de negociar conjuntamente), retardando assim, a recuperação econômica. No final do ano de 2015 a presidente defende uma agenda de manutenção do Regionalismo pós-hegemônico - com as questões sociais de políticas de trabalho, renda e emprego, entretanto, há fatores que possuem ligação ao Regionalismo Aberto - como a defesa da implementação de uma área de livre comércio no continente e a aproximação com a Aliança do Pacífico (ROUSSEFF, 2015).

Na sucessão, Michel Temer não manteve um perfil de integração pós-hegemônico, na verdade, houve um retorno ao Regionalismo Aberto em seus dois anos de governo. Todavia, o modelo de Regionalismo Aberto adotado não foi igual ao dos anos 1990, ele se consolida na pequena parcela que foi defendida pela presidente Dilma, havendo esforços até para que o Brasil deixasse de fazer parte da união aduaneira e regressasse a etapa de Zona de Livre Comércio - priorizando a aproximação com a União Européia e Aliança do Pacífico. Ademais, a política externa muda seu alinhamento para os Estados Unidos, em detrimento da cooperação Sul-Sul. Assim, as parcerias com países do Sul não foram estagnadas, porém, as decisões passaram a ser tomadas com base em estratégias de mercado (CAVALCANTI, 2019).

Em continuidade a esse perfil de volta para o Regionalismo Aberto dá-se início ao governo de Jair Bolsonaro. Não houve um projeto direcionado a América do Sul, somente continuidade da desconstrução das responsabilidades com a integração latino-americana, no entanto, o presidente passou a se aproximar dos governos que possuíam um perfil conservador - como a Argentina de Macri - na região, em vista de aproximar-se com os Estados Unidos (HIRST, MACIEL, 2022). O regionalismo do continente nunca foi prioridade para Bolsonaro, contudo, os discursos proferidos pelo presidente tiveram base: no foco comercial do Mercosul - assim como no governo Temer, no bloco como um mecanismo de atingir a inserção internacional do país (VIGEVANI, 2021), e na convergência de perfil com Macri - em prol de um regionalismo “sem ideologia”, vulgo em oposição ao Regionalismo Pós-Hegemônico (FERNANDES, 2022). Com a ascensão de Alberto Fernández em dezembro do ano de 2019 as relações entre os países ficaram estremecidas - com aspectos ideológicos perpassando e

distanciando a relação bilateral, e assim, tendo impacto negativo no processo de integração, considerando-se até a possibilidade de saída do Mercosul - novamente.

Em oposição a esses períodos de regressão do sentido da integração do Mercosul, o ano de 2023 tem início com um novo governo Lula. O presidente retorna o foco para a política regional que foi praticamente abandonada pelo governo Bolsonaro (LIMA, 2023 *apud* WINTER, 2022), em reflexo a isso, a primeira viagem internacional do novo governante foi para a Argentina, abrindo novas possibilidades para as interações da região. Ainda, foi promovido um encontro com as lideranças da América do Sul em defesa da integração e do fortalecimento da confiança entre os países. Logo, ainda é muito precoce para saber qual tipo de regionalismo será estabelecido nesse governo.

Portanto, o Mercosul pode ser situado entre os níveis da Sociedade Regional e de Comunidade Regional (HETTNE, 1999), pois apresenta problemas de confiança, uma estrutura organizacional ineficiente e uma sociedade civil regional débil. O bloco passou por muitos desafios e dificuldades com a mudança do seu perfil integrativo, além de diversas consequências das crises econômicas, apesar disso, existe uma identidade coletiva. O que nos resta saber se ela perdurará ao longo prazo, levando em consideração o comércio como uma variável propulsora da integração.

4.2 CONSEQUÊNCIAS DA ASCENSÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA, ESPECIALMENTE NA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA

Na seção anterior observou-se que o perfil do regionalismo sul-americano a partir do Mercosul sofreu modificações ao longo dos anos. Em alguns momentos houve uma maior priorização das relações regionais, enquanto em outros, voltou-se a priorizar a inserção internacional e o alinhamento aos Estados Unidos. Diante disso, buscar-se-á explorar qual a relevância do comércio entre Brasil e Argentina em termos de integração do Mercosul, além de como esse processo tem sido afetado pela influência das relações comerciais do bloco com a China.

Nesse sentido, para Berkerman, Dulciche e Moncaut (2014) há dois aspectos a serem observados na relação China-América Latina, um otimista e outro pessimista. A perspectiva otimista, segundo os autores, vê a ascensão da China como uma oportunidade de descentralizar a hegemonia americana e firmar uma nova ordem internacional - em prol de inserir mais facilmente Brasil e Argentina na sua posição de produtores de commodities. Na perspectiva pessimista, esse crescimento chinês implica uma ameaça de dependência devido à especialização primária, podendo desestruturar o sistema de produção das economias regionais

- realidade que gera tendências para a primarização das mesmas. O primeiro aspecto valoriza as possibilidades de benefício a curto prazo, enquanto o segundo revela possíveis impasses na intensificação dessa relação para a estrutura econômica das nações. Assim sendo, no presente trabalho a abordagem estará mais alinhada ao segundo aspecto.

A China é um importante sócio comercial dos países da América do Sul, de acordo com o observado no capítulo anterior. O país é o principal parceiro comercial do Brasil, e o segundo da Argentina, sendo as relações comerciais compostas pela exportação de produtos do complexo agrícola e importações de insumos industriais elaborados. No padrão dos produtos de exportação para a China, entre os anos 2000 a 2022, a Argentina concentrou 85,03% das operações com vendas distribuídas entre produtos dos capítulos SH2 12 (sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos) e 15 (gorduras e óleos animais ou vegetais) - basicamente o complexo da soja, que aumentou progressivamente ao longo dos anos, e o Brasil teve suas exportações concentradas em 34,35% no capítulo SH2 12 (sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos) e 28,76% no capítulo 26 (minérios, escórias e cinzas) (SECEM, 2023). Com relação às importações, no mesmo período, tanto Argentina quanto Brasil concentram as operações de importação nos capítulos SH2 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes), 85 (máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes) e 29 (produtos químicos orgânicos) - esse se deve principalmente ao herbicida glifosato, que é utilizado na produção de soja - além desses podem ser destacados os eletrodomésticos e brinquedos (SARAIVA; SCHERER, 2017).

Tendo em vista a perspectiva otimista e pessimista dos autores Berkerman, Dulciche, e Moncaut (2014) a ascensão chinesa resulta de maneira enigmática. O grande volume de exportações do capítulo SH12 - que corresponde em sua maioria a soja - resulta em uma fonte cada vez maior de entrada de divisas no Brasil e Argentina, principalmente se for associada a alta do preço e a crescente demanda por maiores quantidades deste produto (SARAIVA; SCHERER, 2017). No entanto, esse aumento das exportações de soja gerou uma mudança na estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas - de baixo valor agregado - e a menor participação dos manufaturados, caracterizando-se como um aspecto da reprimarização (GONÇALVES, 1999), linha que se expandiu para as economias de toda a América Latina. Adicionado a isso, a diminuição da participação do Mercosul e aumento no volume de importações de bens manufaturados pelo governo argentino foi um dos reflexos do aumento da participação chinesa no comércio do país (MIRANDA, 2014).

Sob tal enfoque, é oportuno mencionar que as importações brasileiras de origem argentina se tornam cada vez mais relevantes. Desde o ano de 2004, as manufaturas de origem

industrial argentinas compõem entre 52% até 75% de participação em todas as exportações com destino ao Brasil, sendo metade delas correspondente ao setor automotivo (INDEC, 2023). Ademais, dentro da pauta de exportações da Argentina, o mercado brasileiro oscilou entre a segunda e terceira posição dos principais destinos dos bens provenientes da agricultura entre os anos de 2015 e 2020 (ATLAS DA COMPLEXIDADE, 2023). Contudo, o Brasil vem demonstrando sua perda de competitividade em alguns segmentos, tendo seus produtos substituídos por bens de origem chinesa, no que se refere às importações da Argentina, nesse sentido, as importações provenientes da China aumentam significativamente nos dois últimos anos (2021 e 2022, vide figura 13), enquanto as brasileiras demonstram estagnação.

A característica de tanto o Brasil quanto a Argentina importarem quase que em totalidade manufaturas de maior valor agregado e exportarem produtos primários, estabelece uma relação de competição entre os países. A participação brasileira no mercado argentino nos segmentos referentes a computadores e matérias têxteis vem caindo nos últimos cinco anos, porém houve o aumento das operações do capítulo SH2 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes e ao segmento de matérias) e 87 (veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios) - sendo esse último coordenado pelas políticas do Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14) do Mercosul (FERNANDES, 2022). A mesma situação também se repetiu no caso das importações brasileiras provenientes da Argentina, o país perdeu espaço para produtos chineses, mantendo apenas os níveis do setor automotivo referente ao capítulo SH2 87 (ATLAS DA COMPLEXIDADE, 2023).

Pode-se argumentar que a grande porcentagem de produtos primários nas exportações do Brasil e Argentina para a China é um reflexo da vantagem comparativa baseada na dotação de fatores de produção: os países sul-americanos são dotados de recursos naturais, enquanto a China tem mão de obra em abundância. No entanto, seria um erro pensar na vantagem comparativa como um dado, pois, da mesma forma que outros países do Leste Asiático, a China tem desenvolvido ativamente vantagens comparativas em setores estratégicos (JENKINS, 2015 apud RODRICK, 2006). Para fazer isso, a nação usou uma série de políticas comerciais e industriais para desenvolver certos estágios das cadeias globais de valor, o que levou os produtores latino-americanos a se especializarem cada vez mais nos estágios iniciais e de baixo valor. Um exemplo disso é o desenvolvimento da cadeia de valor da soja, em 1995 o Brasil exportava 42,29% e a Argentina 13,80% de óleo de soja - referente ao capítulo SH2 15 - para China, tendo essas porcentagens de participação reduzido para 17,39% e 6,72% respectivamente no ano de 2020 (ATLAS DA COMPLEXIDADE, 2023). Em comparação com

as exportações da Argentina para o resto do mundo, as exportações para a China são muito mais concentradas nos estágios iniciais da cadeia de valor, explicando-se pela decisão das autoridades chinesas no final da década de 1990 de desenvolver uma indústria local de processamento de oleaginosas (JENKINS, 2015).

O crescimento da demanda da China, geralmente reconhecido como um fator importante no boom de commodities de 2002-2008, demonstra que os impactos na América Latina - em termos de troca da região - melhoraram como resultado do aumento dos preços das commodities. Dada a alta demanda da China por vários produtos importantes que o continente vende no mercado mundial, o aumento dos preços desses produtos é um importante canal pelo qual a ascensão da China afetou a região. Dessa maneira, economicamente, a economia chinesa é vista como complementar a Brasil e Argentina - no caráter de país em desenvolvimento - que conseguem lucrar com o crescimento da China (PINI, 2015).

No que diz respeito à integração regional, o crescimento das importações da China teve efeito sobre o processo. O crescimento do comércio intrarregional no Mercosul desacelerou nos últimos anos, contando com evidências de que o Brasil, sobretudo, enfrenta uma concorrência cada vez maior da China em suas exportações para a Argentina e outros mercados regionais (JENKINS, 2015).

No entanto, em momentos de crise os Estados buscam benefícios individuais, colocando o bem-estar nacional acima do regional. E nesse contexto se dá a aproximação da China em direção a Argentina, que possui uma situação interna de falta de divisas, atividade exportadora baixa, e dificuldades de atrair financiamentos externos - nesse caso, o governo argentino recorreu ao auxílio regional, por meio de financiamento bilateral com o Brasil, tópico que retornou recentemente para a pauta do Ministério da Fazenda, mas que não evoluiu concretamente ainda (INFOMONEY, 2023). Nesse sentido, o contexto argentino contribui para o aumento da presença chinesa, mas outros aspectos também são relevantes.

Ante o exposto, a economia argentina passa por um momento de extrema fragilidade, com dificuldade de realizar pagamentos aos seus credores externos, por isso que a aproximação comercial e econômica do país com a China foi crescente. A reavaliação constante do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia, os déficits comerciais bilaterais com o Brasil e a incapacidade do mesmo oferecer financiamento à Argentina na mesma proporção que a China oferece contribuem para que a Argentina prefira priorizar as relações com o país asiático, em detrimento das relações bilaterais com o Brasil e multilaterais no contexto do Mercosul. O bloco foi em alguns momentos alvo de críticas pelo governo Argentino - sendo taxado de se mostrar como uma iniciativa unicamente brasileira, não alinhada aos interesses nacionais da Argentina,

por isso que a aproximação com o país asiático pode ser vista como um distanciamento em relação ao Mercosul - não se mostrando como uma novidade, visto que na década de 1990 as relações com os Estados Unidos foram priorizadas ante o bloco (CANDEAS, 2017).

Essa situação pode vir a se modificar com a ascensão desse novo governo Lula e com o novo governo que assumirá na Argentina. Todavia, a economia argentina se encontra em uma situação de vulnerabilidade com limitados recursos de dinamização, sendo assim, obrigada a se associar a um país - ou bloco - para conservar-se no cenário mundial. Nessa perspectiva, a aliança estratégica com o Brasil é essencial para o contexto do continente, no entanto, ela não logrou oferecer uma solução para a amenização da vulnerabilidade e execução de um plano nacional compartilhado (SARAIVA; SCHERER, 2017). Assim, a Argentina prioriza a relação com a potência asiática - além da América do Sul.

Dessa forma, os parâmetros de competitividade e os planos de desenvolvimento de Brasil e Argentina se encontram desafiados ante a ascendência da presença chinesa. Ao que tudo indica os países ainda não notaram a gravidade que o aumento dessa presença pode causar ao longo prazo nas economias nacionais e no âmbito do Mercosul, pois, políticas de restrições comerciais e adesão a negociações individuais não solucionam os impasses. Opostamente a isso, o ideal seria pensar na reativação das políticas econômicas de forma coordenada regionalmente, estabelecendo uma estratégia comum ao se relacionar com a China (BEKERMAN, DULCICH, e MONCAUT, 2014).

4.3 INCOERÊNCIAS E DESAFIOS INTEGRATIVOS

Voltando novamente para o foco da integração regional, serão sintetizados alguns pontos sobre a evolução do relacionamento e comércio bilateral Brasil-Argentina dentro do Mercosul - perpassados pela presença chinesa. À vista disso, com a decadência do Regionalismo pós-hegemônico após o *impeachment* da presidente Dilma destacou-se que o livre comércio não avançava e que havia problemas internos do bloco não resolvidos - que não eram centrais para a nova agenda regional, como as medidas unilaterais do Brasil e Argentina. A realidade é que o nível de comércio dos anos 1990 nunca mais foi retomado, no entanto, surge a proposta de Macri para flexibilizar as regras do Mercosul com o objetivo de transformá-lo em uma zona de livre comércio, de modo que os países pudessem negociar unilateralmente acordos com terceiros. Essa mesma proposta também partiu do governo Temer - que via o projeto como uma limitação ao país, ademais de abandonar qualquer tentativa de exercer liderança regional - não apenas no Mercosul - mas no continente em geral. Conforme mencionado antes, em ambos os países, o foco da integração econômica foi retomado como

mecanismo de inserção dos membros na economia internacional: na Argentina, promoveu-se um discurso de inserção econômica e de fim do isolamento político que o país teria sofrido na era do kirchnerismo, e no Brasil, também foi destacada a necessidade de ampliar a inserção internacional. Da mesma forma, voltaram-se as iniciativas Norte-Sul, como o relançamento das negociações de um acordo estratégico entre o Mercosul e a União Europeia. A agenda de integração mudou: o comércio voltou a estar no centro e os aspectos sociais e produtivos ficaram em segundo plano, mas não só isso, ao invés de tentar resolver os velhos problemas comerciais, priorizou-se a agenda externa de assinatura de acordos de livre comércio. Além disso, a revisão da relação com a China chegou a ser levantada retoricamente, embora sua importância comercial para os países do bloco tenha feito com que tal objetivo fosse prontamente abandonado (RUIZ, 2021).

A ascensão ao poder de Jair Bolsonaro no Brasil e de Alberto Fernández na Argentina estabeleceu um cenário diferente a partir de 2019. A volta ao poder do kirchnerismo na Argentina questionou a ênfase excessiva na agenda de comércio e se opôs às tentativas de retorno radical ao regionalismo aberto. Um exemplo disso foi que Fernández rejeitou a proposta de Bolsonaro de uma reforma comercial radical no bloco - que sugeria uma redução da TEC pela metade, de 14% para 7% (CNN, 2021; CNN, 2022). Dessa forma, as ideias de um Mercosul com forte agenda social e produtiva ficaram em segundo plano desde 2015.

Mas quando este estava em voga, o modelo de integração que previa outros objetivos além da liberalização do comércio, com a inclusão de metas produtivas e sociais, se fazia necessário um compromisso político regional. Apesar da coincidência entre os presidentes de esquerda, ocorreram graves divisões no bloco - que afetaram a legitimidade das mudanças que se buscavam promover e que evidenciaram a existência de um distanciamento entre o discurso unitário e as ações para alcançá-lo. Como a revolta do Paraguai e Uruguai, que consideravam o Mercosul cada vez mais assimétrico, sendo os maiores benefícios obtidos por Brasil e Argentina (RUIZ, 2021). Nessa situação, para que se tenham políticas comuns de desenvolvimento é exigida uma estratégia compartilhada tanto pelos Estados quanto pelos agentes do setor produtivo, o que demanda forte vontade política. Integração produtiva significa lidar com problemas complexos, como emprego, assimetrias entre setores produtivos e entre países e formação de cadeias produtivas de valor, questões que estão ligadas ao bom funcionamento do regime de livre comércio (BOTTO, 2017).

Sob a questão da superação das assimetrias, precisam ser tomadas ações políticas, como eliminar as políticas unilaterais da Argentina e do Brasil em termos de acesso a mercados, em prol da substituição por políticas regionais. A criação de cadeias de valor regionais requer a

participação do setor empresarial e a formação de alianças entre agentes econômicos, Estados e instituições regionais (BOTTO, 2017). Como já mencionado, o Mercosul pouco avançou nesse sentido na era pós-hegemônica e tampouco na era recente, pois as debilidades da zona de livre comércio, o crescente unilateralismo argentino-brasileiro e as crescentes exceções à TEC limitaram o cumprimento dos objetivos de aperfeiçoar a união aduaneira.

Fica a percepção que nem a esquerda, nem a direita dos países do Mercosul entenderam que promover uma dimensão não implica enfraquecer a outra, ainda mais se forem considerados fatores com implicação no longo prazo. O estabelecimento de uma estratégia coordenada em relação à China não foi formalizada no âmbito do bloco, cada país deu seguimento às relações com a potência asiática de maneira bilateral. Bem como a China vê os países do Mercosul de maneira individualizada (BENATTI, 2011), pois, os investimentos realizados guiam-se majoritariamente de acordo com os interesses estratégicos de abastecimento da nação - usando a região para produção de alimentos, acesso a matérias-primas e recursos naturais, nessa perspectiva, o objetivo chinês é de importar o que for fruto desses investimentos, contudo, essa prática compromete cada vez mais as cadeias produtivas do Mercosul - destacando que a legislação do bloco pouco restringe investimentos estrangeiros (JENKINS, 2015).

Rodriguez e Haag (2022) contrapõem o argumento que a deterioração dos processos de integração regional se associa diretamente à desintegração. Para os autores, o nível de regionalismo da América Latina ainda não atingiu o grau de integração “suficiente” para que se desintegre, dessa forma, é defendido que ocorre na verdade, uma fragmentação regional – expondo o esforço do processo na teoria, porém, limitado na esfera prática. Na mesma pesquisa também é constatado que na origem dos processos do Mercosul e da Unasul não existia uma força que impedisse a consolidação do projeto integrativo, mas que o cenário teve modificações quando a China se aproxima (RODRIGUEZ; HAAG, 2022).

Portanto, o processo de integração do Mercosul vem sendo afetado de diversas maneiras pelas iniciativas de investimentos, e principalmente, pela alta competitividade das manufaturas da China. Pode-se destacar: i) a imposição de barreiras não-tarifárias dentro do bloco, ii) retaliações – principalmente por parte da Argentina, em relação à importação de alguns bens brasileiros com similares nacionais e a ordem de restrição de licenças de importação para mercadorias brasileiras de diversos setores em que a competitividade da China é maior -, iii) falência da integração de cadeias produtivas, iv) desinteresse pela integração regional - especialmente do setor privado, v) exploração disparada das matérias-primas e alimentos - gerando risco de desabastecimento local, vi) tendência cada vez maior de reprimarização da pauta de exportação do MERCOSUL - maior volume de exportação de bens com menor valor

agregado e aumento da produção chinesa em variedade e qualidade, e vii) incremento de medidas de defesa comercial, entre outros exemplos que impactam no processo integrativo.

O objetivo principal do projeto regional do Mercosul era estabelecer um mercado comum, no entanto a situação atual é o de uma união aduaneira imperfeita - que possui a tarifa externa comum como seu ponto central e mesmo assim, com o passar do tempo, a convergência de interesses em torno, e as exceções e desvios a ela aumentaram. Demonstrando que os compromissos firmados no Tratado de Assunção não foram seguidos fielmente - desrespeitando principalmente o Artigo 5, do tratado constituinte. Além da polêmica da TEC, ressalta-se a falta de restrições a investimentos estrangeiros - principalmente chineses, e a priorização do comércio bilateral do Brasil e da Argentina com a China - que impactam no cenário do bloco.

Fica claro que as economias brasileira e argentina se demonstram complementares frente a economia chinesa - os países sul-americanos fornecem produtos de baixo valor agregado e importam bens tecnológicos e de maior valor agregado do país asiático. Todavia, essa semelhança no perfil comercial exportador faz com que Brasil e Argentina concorram entre si - se estabelece uma relação de competição entre os países. Além disso, esse processo traz implicações negativas a longo prazo para o Mercosul, visto que o crescimento do comércio intrarregional desacelerou nos últimos anos, mostrando que o Brasil, enfrenta a concorrência cada vez maior da China em suas exportações para a Argentina e outros mercados regionais de bens com mais valor agregado, além de os dois países passarem por processos de reprimarização refletidos na: perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados, e na mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos bens manufaturados (GONÇALVES, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passado do relacionamento de Brasil e Argentina foi marcado por momentos conturbados, no entanto, na contemporaneidade os dois países em questão possuem um relacionamento importante, como parceiros políticos e comerciais. A partir desse relacionamento, nasce o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991 - um projeto de integração regional que visava a coordenação de políticas macroeconômicas em prol do fomento do comércio intra-regional. No contexto de evolução do bloco um novo *player* ascende no sistema econômico internacional - a China, que se torna importante sócio comercial dos países sul-americanos, e passa a influenciar o processo de integração econômica regional mencionado anteriormente, causando diversos desafios.

Tendo isso em vista, o presente trabalho possibilitou a análise de em que medida essa ascensão da China, como parceira comercial do Brasil e Argentina, tem impactado na relação comercial bilateral entre os dois países sul americanos no contexto do Mercosul. Nesse sentido, pode-se perceber que essa relação trouxe benefícios bilaterais para cada um dos países - no curto prazo - como o aumento de divisas e a alta no preço das commodities, porém, ela é capaz de causar graves e diversas consequências ao longo prazo - como a reprimarização das economias, a dependência do consumo asiático, a perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros, entre outros aspectos que representam fortes entraves ao processo de integração do bloco.

Para se atingir uma compreensão maior desse pressuposto foram definidos três objetivos específicos. O primeiro de realizar um histórico do processo de integração do Mercosul, com ênfase na participação do Brasil e da Argentina, mostrou os principais fundamentos das teorias de integração, como os dois países tiveram papéis de protagonistas para o início do processo integrativo e como o mesmo não evoluiu de acordo com os pressupostos estabelecidos no Tratado de Assunção no momento de sua criação - o objetivo central era tornar o bloco um mercado comum, mas a situação atual é de uma união aduaneira imperfeita.

Após inferir que os avanços do bloco não atingiram os níveis esperados, buscou-se atender o segundo objetivo específico: compreender a evolução do comércio entre Brasil e Argentina, e destes com a China a partir da criação do Mercosul. Constatando que as exportações do Brasil para a Argentina são, em sua maioria, de bens com mais valor agregado, no entanto, o comércio bilateral entre eles está reduzindo - com o estabelecimento de entraves e retaliações por parte da Argentina - se mantendo somente em áreas com respaldo do bloco (conforme assegurado pelo ACE nº 14 referente ao capítulo SH2 87). Neste seguimento,

também se verifica um padrão: o bloco e os dois países sul-americanos se apresentam como provedores de matérias-primas ao modelo de produção chinês e se caracterizam como compradores de manufaturas do país asiático.

Diante destes aspectos comerciais, é desenvolvido o terceiro objetivo específico: analisar os períodos caracterizados por apresentarem alinhamentos a diferentes propostas de regionalismo, e qual o impacto do comércio entre Brasil-Argentina e destes com a China nesse sentido. Deduzindo-se que ao longo da história do Mercosul foram seguidos diferentes rumos integrativos - variando entre o Regionalismo Aberto e o Regionalismo Pós-hegemônico - porém, essa história foi marcada pela incoerência e inconstância, pois, Brasil e Argentina não conseguiram defender uma pauta da integração que equilibrasse as dimensões e promovesse a evolução da esfera comercial - a tarifa externa comum continua sendo um tópico polêmico e “burlado” pelos membros, poucas são as restrições a investimentos estrangeiros, e os membros continuam a priorizar parcerias bilaterais - independentemente do perfil integrativo. Ademais, constata-se que as economias brasileira e argentina se demonstram complementares frente a China, e Brasil e Argentina concorram entre si como provedores de matérias-primas e de destino de manufaturas provenientes da economia asiática.

Assim, a pergunta de pesquisa sobre em que medida a ascensão da China, como parceira comercial do Brasil e da Argentina, tem impactado na relação comercial bilateral entre os dois países da América do Sul no contexto do Mercosul, pôde ser respondida, mas os efeitos aqui expressos se mostram, ainda, em desenvolvimento.

Certamente, assim como todo e qualquer trabalho, a presente monografia dispõe de uma série de limitações, que não podem deixar de ser nomeadas. Primeiramente, é reconhecido que foi apresentada uma análise que se encontra restrita, unicamente, às ações dos dois principais países do Mercosul - Brasil e Argentina. Nesse sentido, o presente trabalho pode ser acusado de não ter incluído as demais nações do bloco. Ainda, deve-se levar em consideração, também, que alguns aspectos poderiam ter sido mais aprofundados.

Por esse motivo, compreende-se que a integração do Mercosul e a crescente presença chinesa é um importante tema de estudo futuro, a ser desenvolvido, ao passo que na história recente se forme um quadro mais claro, em termos de resultados das iniciativas dos novos governos do continente e dos efeitos nas economias domésticas e regional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio; FLORENCIO, Lima. Trajetória do Mercosul e Mudança de Paradigmas e de Posições da Política Externa Brasileira: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. **Ipea**, Brasília, (2125), p. 1-58, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5330/1/td_2125.pdf . Acesso em: 12 jun 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **MERCOSUL: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998. *E-book*.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O MERCOSUL no contexto regional e internacional**. Brasília, [s. n.], 1993. *E-book*.

BALASSA, Bela. **The Theory of Economic Integration**. Westport, Conn.:Greenwood Press, 1969. *E-book*.

BEKERMAN, M.; DULCICH, F.; MONCAUT, N., La emergencia de China y su impacto en las relaciones comerciales entre Argentina y Brasil. Problemas del Desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economía**, Distrito Federal, México, v. 45, n. 176, p. 55-82, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11829716004> . Acesso em: 29 maio 2023.

BENATTI, Adriana. A presença da China no MERCOSUL: implicações sobre o processo de integração regional. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 215-242, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/viewFile/51862/28171>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BOTTO, M. I. El Mercosur y sus crisis: análisis de interpretaciones sobre el fracaso de la integración regional sudamericana. **Estado & Comunes, Revista de Políticas y Problemas Públicos**, Quito, n. 5, v. 2, p. 155-176, jul-dez 2017. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/76613?show=full> . Acesso em: 14 jun 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm . Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm . Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 60, de 15 de março de 1991. Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre o Brasil e a Argentina (ACE-14). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D060.htm . Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 98.177, de 22 de setembro de 1989. Promulga o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm . Acesso em: 14 abr. 2023.

CANDEAS, Alessandro. **A INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA**: História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2017. *E-book*.

CAVALCANTE, T. P. A.; MILAN, M.; & MORRONE, H. Evidências da integração produtiva entre Brasil e Argentina no contexto do Mercosul (1993-2019). **Estudios económicos**, v. XXXIX, n. 78, p. 157-186, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5723/572369417006/html/> . Acesso em: 06 maio 2023.

CAVALCANTI, Flavia Guerra. O Mercosul pós-Dilma Roussef e o retorno do regionalismo aberto. In: RUIZ, José Briceño *et al.* **La Integración Latinoamericana En Debate**: Incertidumbre, formatos institucionales fragmentados y caminos alternativos latentes. Buenos Aires: 2019. p. 69-96. Disponível em: <http://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2019/11/La-integraci%C3%B3n-latinoamericana-en-debate.pdf#page=69>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CEPAL, **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago, 1994.

CNN. **Em cúpula, Bolsonaro volta a defender redução de tarifa comum do Mercosul para combater inflação**. SP: 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-cupula-bolsonaro-volta-a-defender-reducao-de-tarifa-comum-do-mercosul-para-combater-inflacao/> . Acesso em: 13 jun. 2023.

CNN. **Mercosul: Bolsonaro diz que Brasil está comprometido com crescimento sustentável**. SP: 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercosul-bolsonaro-diz-que-brasil-esta-comprometido-com-crescimento-sustentavel/> . Acesso em: 13 jun. 2023.

COMEX STAT. Ministério da Economia. **Exportações e Importações Geral**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> . Acesso em: 30 maio 2023.

FERNANDES, T. Aproximação e Distanciamento na Política Externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul. **Revista Fronteira**, Belo Horizonte, v. 21, n. 42, p. 159 - 179, 2º sem. 2022. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/28413/20712> . Acesso em: 09 jun. 2023.

FERRER, Aldo. La construcción del Estado neoliberal en la Argentina. **Revista de Trabajo**, Buenos Aires, ano 8, n. 10, p. 99-106, jul.-dez. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4622307/La_construcci%C3%B3n_del_Estado_neoliberal_en_la_Argentina_por_Aldo_Ferrer . Acesso em: 10 abr. 2023.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea [1945 – 2010]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-19, Edição Especial, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19705> . Acesso em: 06 jun. 2023.

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

HAAS, Ernst. **Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HARVARD KENNEDY SCHOOL OF GOVERNMENT. **Atlas of Economic Complexity**. Cambridge, 2023. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/> . Acesso em: 10 jun 2023.

HETTNE, Björn. The new regionalism revisited. In: **Theories of new regionalism**. Palgrave Macmillan, London, 2003. p. 22-42

HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Ed.). **Globalism and the new regionalism**. London: Palgrave Macmillan, 1999.

HIRST, Monica, MACIEL, Tadeu. A Política Externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/9230> . Acesso em: 13 jun 2023.

INFOMONEY. **Brasil estuda linha de crédito para ajudar a Argentina; entenda.** 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/brasil-estuda-linha-de-credito-para-ajudar-a-argentina-entenda/> . Acesso em: 14 jun. 2023.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Intercambio comercial argentino.** Buenos Aires: INDEC, 2023. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-2-40> . Acesso em: 15 maio 2023.

JENKINS, R. La expansión global de China y su impacto en América Latina. In BACA,S.M. **La expansión de China en América Latina**, Quito, 2015, p. 13-45. Disponível em: https://latinamerica.hss.de/fileadmin/user_upload/Projects_HSS/Latin_America/Migration-230607/06_Version_Completa_Expansion_de_China_en_A_Latina.pdf . Acesso em: 12 maio 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista**, ano 2, n. 5, p. 79-95, jan-mar 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104/127> . Acesso em: 15 jun 2023.

LOCKHART, N. F. La identidad de Unasur: Regionalismo postneoliberal o post-hegemônico? *Revista de Ciencias Sociales*, San José, v. II, n. 140, p. 97-109, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15329874007> . Acesso em: 04 abr. 2023.

MALAMUD, Andrés, SCHMITTER, Philippe C. “La experiencia de integración europea y el potencial de integración del Mercosur”, *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*. 181: 3-31, 2006.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional/Concepts, theories and debates on regional integration. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 1, n. 3, p. 366-389, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2763/2188>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MALAMUD, Andrés. La agenda interna del Mercosur: interdependencia, liderazgo, institucionalización. In JARAMILLO, G. **Los nuevos enfoques de la integración: más allá del nuevo regionalismo**, Ecuador, 2008, p. 115-136. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/108227-opac> . Acesso em: 10 maio 2023.

MARIANO, M.; RAMANZINI, H.; VIGEVANI, T. O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. **Lua Nova**, n.112, p.15-54, jan-abr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tHw5r4whfhWQ7vCNtLPbfRL/> . Acesso em: 14 jun 2023.

MIRANDA, Roberto. Comercio y política: Argentina entre las potencias y las no potencias. **Latinoamérica**, Ciudad de México, n. 59, p. 41-67, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742014000200003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 jun 2023.

MATTLI, Walter. **The Logic of Regional Integration**. Europe and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MONIZ BANDERA, Luiz Alberto. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 132, p. 157-165, mai. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17120/9113>. Acesso em: 11 abr. 2023.

OVIEDO, E. El ascenso de China y sus efectos en la relación con Argentina. **Estud. int. (Santiago, en línea)**, Santiago, v. 47, n. 180, p. 67-90, 2015. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-37692015000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2023.

PINI, André Mendes. A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI**, n. 21, Set/Dez 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6473?mode=full>. Acesso em: 18 dez. 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme (1997). Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. *Ensaio FEE*; v. 18, n. 17, p. 276-299.

PUBLISH OR PERISH. Virtual vision 8. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 27 jun 2023.

PUIG, Juan Carlos. La política exterior argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural. In: PUIG, Juan Carlos et al. **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Editor Latinoamericano, 1984. *E-book*.

RIGGIROZZI, Pía (2012) Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis, **New Political Economy**, Hampshire, v. 17, n. 4, p. 421-443, 2012.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2011.603827?journalCode=cnpe20>. Acesso em: 12 jun 2023.

RÊGO, Elba Cristina Lima. O processo de integração no Mercosul. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 167-196, jun. 1995. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jsui/bitstream/1408/13337/2/RB%2003%20O%20Processo%20de%20Integra%c3%a7%c3%a3o%20no%20Mercosul_P_BD.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

RODRIGUEZ, Júlio C. Cossio, HAAG, Valentina T. The space left for regional integration (or lack thereof): Structural causes of institutional fragmentation in Latin America (1991-2019). **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 65, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/7Wpkj79tL98Zn8JPQ5mc7dD/#> . Acesso em: 17 jun 2023.

ROLO, Larissa Marques. **Relações comerciais entre China e América do Sul: os impactos na América do Sul e no Brasil**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122961> . Acesso em: 23 maio 2023.

ROUSSEF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Cerimônia de Abertura da XLVII Cúpula do Mercosul e Estados Associados – Paraná, 17 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-xlvii-cupula-do-mercosul-e-estados-associados-parana-provincia-de-entre-rios-argentina-17-de-dezembro-de-2014> . Acesso em: 12 jun 2023.

RUIZ, B. El Mercosur del periodo post-hegemónico: una evaluación crítica. **Cuadernos Americanos**, México, n. 176, p. 99-123, 2021. Disponível em: <http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/textos/ca176-99.pdf> . Acesso em: 12 jun 2023.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Percepções argentinas sobre o Brasil: ambivalências e expectativas. **Plataforma Democrática**, Working Paper n. 19, jul. 2011. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/arquivos/plataforma_democratica_working_paper_19_portugues.pdf . Acesso em: 13 abr. 2023.

SARAIVA, R. SCHERER, C. Os Impactos Da Inserção Da China Na América Do Sul Sobre As Relações Brasil-Argentina E O Mercosul (2011-2014). **Revista Conjuntura Global**, set-dez 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/46294/35437> . Acesso em: 01 jun 2023.

SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL. **Visão Global de Bens**. Uruguai: SECEM, 2023. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt> . Acesso em: 30 maio 2023.

SOUSA, C. A., LUCENA, A. F. de, & VIEIRA, E. R. Vantagens competitivas e composição da balança comercial entre Brasil e Argentina: uma análise de indicadores de comércio exterior. **Economia & Região**, v. 9, n. 2, p. 29–53, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/39580> . Acesso em: 09 maio 2023.

THE WORLD BANK. World Bank Open Data. Washington, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/> . Acesso em: 30 maio 2023.

UNITED NATIONS COMTRADE DATABASE. **Trade Data**. New York: COMTRADE, 2023. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/> . Acesso em: 29 maio 2023.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Data center**. Geneva: UNCTAD, 2023. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en . Acesso em: 01 jun 2023.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista De Sociologia E Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/XvNfvbMLXQG8xBHvdBmtMTP/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 29 maio 2023.

ZELICOVICH, Julieta. La decreciente, asimétrica y desenfocada relación comercial entre Argentina y Brasil. **Relaciones Internacionales**, La Plata, v. 59, n. 29, p. 13 - 29, 2020. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/158313/CONICET_Digital_Nro.7dd3939c-3032-4607-a36a-ba338512d4ed_V.pdf?sequence=5&isAllowed=y . Acesso em: 09 jun 2023.

**APÊNDICE A - TOTAL DAS IMPORTAÇÕES DE BENS POR USO ECONÔMICO
PROVENIENTES DO BRASIL (EM BILHÕES DE US\$ CIF, PARTICIPAÇÕES
PERCENTUAIS, ACUMULADO DE 1991 A 2022)**

(continua)

| Ano | Bens de capital (%) | Bens intermediários (%) | Combustíveis (%) | Bens de consumo (%) | Veículos (%) | Total (US\$) |
|-------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| 1991 | 29,9 | 52,4 | 0,3 | 11,4 | 6,0 | 1.530,4 |
| 1992 | 33,8 | 39,7 | 0,9 | 14,4 | 11,2 | 3.364,0 |
| 1993 | 37,5 | 36,8 | 2,4 | 15,8 | 7,4 | 3.661,7 |
| 1994 | 40,2 | 39,3 | 2,1 | 13,6 | 4,8 | 4.322,8 |
| 1995 | 34,8 | 48,0 | 1,0 | 13,0 | 3,2 | 4.173,3 |
| 1996 | 38,6 | 42,7 | 1,0 | 12,5 | 5,1 | 5.323,9 |
| 1997 | 38,7 | 38,9 | 0,5 | 12,7 | 9,2 | 6.911,8 |
| 1998 | 39,1 | 37,6 | 0,2 | 13,7 | 9,4 | 7.052,4 |
| 1999 | 36,1 | 39,4 | 0,7 | 17,8 | 6,1 | 5.594,3 |
| 2000 | 35,6 | 37,7 | 0,9 | 19,3 | 6,5 | 6.441,2 |
| 2001 | 29,4 | 40,5 | 2,6 | 23,1 | 4,4 | 5.229,1 |
| 2002 | 23,3 | 57,6 | 1,0 | 13,3 | 4,8 | 2.516,9 |
| 2003 | 30,7 | 47,3 | 0,4 | 12,8 | 8,8 | 4.697,9 |
| 2004 | 35,1 | 40,7 | 0,8 | 10,7 | 12,7 | 7.565,4 |
| 2005 | 37,9 | 38,6 | 1,7 | 9,1 | 12,7 | 10.185,1 |
| 2006 | 39,2 | 38,4 | 0,5 | 9,2 | 12,7 | 11.745,8 |
| 2007 | 38,6 | 35,9 | 2,4 | 9,9 | 13,3 | 14.520,0 |
| 2008 | 39,0 | 36,0 | 1,3 | 8,9 | 14,8 | 17.682,8 |
| 2009 | 38,3 | 33,9 | 2,1 | 10,4 | 15,3 | 11.814,2 |
| 2010 | 40,6 | 32,3 | 2,4 | 8,7 | 16,0 | 17.944,8 |
| 2011 | 40,1 | 32,6 | 3,2 | 7,4 | 16,6 | 22.176,1 |

| | | | | | | |
|-------------|------|------|-----|------|------|-------------|
| 2012 | 40,3 | 33,6 | 1,0 | 7,1 | 18,0 | 17.673,9 |
| 2013 | 38,2 | 29,9 | 1,9 | 5,8 | 24,3 | 19.158,6 |
| 2014 | 35,9 | 36,8 | 0,9 | 6,6 | 19,8 | 14.338,0 |
| 2015 | 38,0 | 35,3 | 0,2 | 6,4 | 20,2 | 13.040,0 |
| 2016 | 38,8 | 28,3 | 0,6 | 7,3 | 24,9 | 13.601,4 |
| | | | | | | (conclusão) |
| 2017 | 37,5 | 26,6 | 0,8 | 6,8 | 26,7 | 18.142,6 |
| 2018 | 33,3 | 31,9 | 1,0 | 7,7 | 25,3 | 15.698,0 |
| 2019 | 31,4 | 39,1 | 0,5 | 9,5 | 19,5 | 10.093,9 |
| 2020 | 31,9 | 40,9 | 1,0 | 10,5 | 15,3 | 8.685,0 |
| 2021 | 31,4 | 48,2 | 0,4 | 9,2 | 10,4 | 12.441,0 |
| 2022 | 33,0 | 44,0 | 4,5 | 8,2 | 10,0 | 16.031,0 |

Fonte: Elaboração própria com dados do INDEC (2023).

**APÊNDICE B - TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR GRANDES
CATEGORIAS PARA O BRASIL (EM BILHÕES DE US\$ FOB, PARTICIPAÇÕES
PERCENTUAIS, ACUMULADO DE 1991 A 2022)**

(continua)

| Ano | Manufaturas (origem agrícola) (%) | Manufaturas de origem industrial (%) | Produtos primários (%) | Combustíveis (%) | Total (US\$) |
|-------------|--|---|-------------------------------|-------------------------|---------------------|
| 1991 | 22,51 | 35,82 | 39,76 | 1,91 | 1.489 |
| 1992 | 14,50 | 35,68 | 42,55 | 7,27 | 1.671 |
| 1993 | 12,21 | 39,14 | 30,97 | 17,68 | 2.814 |
| 1994 | 17,42 | 38,09 | 28,24 | 16,25 | 3.655 |
| 1995 | 17,50 | 45,35 | 23,70 | 13,44 | 5.484 |
| 1996 | 15,51 | 43,24 | 21,79 | 19,45 | 6.615 |
| 1997 | 13,74 | 53,66 | 18,33 | 14,28 | 8.133 |
| 1998 | 14,04 | 55,86 | 21,90 | 8,20 | 7.949 |
| 1999 | 15,33 | 49,56 | 22,67 | 12,45 | 5.689 |
| 2000 | 12,02 | 47,29 | 18,56 | 22,13 | 6.990 |
| 2001 | 9,57 | 52,86 | 18,62 | 18,95 | 6.206 |
| 2002 | 12,31 | 49,41 | 18,91 | 19,38 | 4.848 |
| 2003 | 11,25 | 46,21 | 23,38 | 19,16 | 4.666 |
| 2004 | 10,80 | 52,07 | 17,52 | 19,61 | 5.605 |
| 2005 | 10,58 | 58,13 | 15,50 | 15,80 | 6.335 |
| 2006 | 10,03 | 56,36 | 16,99 | 16,61 | 8.141 |
| 2007 | 10,50 | 57,68 | 16,17 | 15,65 | 10.498 |
| 2008 | 10,20 | 62,27 | 14,24 | 13,29 | 13.272 |
| 2009 | 10,51 | 66,75 | 10,97 | 11,78 | 11.379 |
| 2010 | 10,53 | 69,07 | 11,17 | 9,22 | 14.433 |
| 2011 | 10,52 | 66,92 | 13,27 | 9,29 | 17.317 |
| 2012 | 9,99 | 68,95 | 13,36 | 7,70 | 16.457 |
| 2013 | 9,96 | 75,87 | 9,15 | 5,02 | 15.949 |
| 2014 | 10,95 | 75,39 | 8,86 | 4,80 | 13.883 |
| 2015 | 12,78 | 70,80 | 13,67 | 2,75 | 10.098 |
| 2016 | 14,77 | 62,65 | 20,11 | 2,47 | 9.040 |

| | | | | | (conclusão) |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| 2017 | 14,72 | 64,94 | 17,32 | 3,02 | 9.325 |
| 2018 | 12,12 | 67,59 | 16,79 | 3,50 | 11.288 |
| 2019 | 13,79 | 65,33 | 17,34 | 3,54 | 10.385 |
| 2020 | 18,29 | 54,48 | 19,01 | 8,22 | 7.941 |
| 2021 | 12,80 | 56,37 | 19,74 | 11,10 | 11.768 |
| 2022 | 14,31 | 61,62 | 16,26 | 7,81 | 12.665 |

* Fonte: Elaboração própria com dados do INDEC (2023).